



OUTROS TÍTULOS DE INTERESSE:

História da Construção - Os Construtores
Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro (coord.)

História da Construção - Os Materiais
Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro (coord.)

Construir, Habitar: A Casa Medieval
Manuel Sílvio Alves Conde

Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia
Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo (coord.)

EVOLUÇÃO DA PAISAGEM URBANA
TRANSFORMAÇÃO MORFOLÓGICA DOS TECIDOS HISTÓRICOS

COORD.
MARIA DO CARMO RIBEIRO
ARNALDO SOUSA MELO

EVOLUÇÃO DA PAISAGEM URBANA
TRANSFORMAÇÃO MORFOLÓGICA DOS TECIDOS HISTÓRICOS

COORD.
MARIA DO CARMO RIBEIRO
ARNALDO SOUSA MELO

EVOLUÇÃO DA PAISAGEM URBANA
TRANSFORMAÇÃO MORFOLÓGICA DOS TECIDOS HISTÓRICOS

COORD.
MARIA DO CARMO RIBEIRO
ARNALDO SOUSA MELO

MARIA DO CARMO RIBEIRO
Professora Auxiliar do Departamento de História da Universidade do Minho, Investigadora do CITCEM e da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Doutorada em Arqueologia, na especialidade de Arqueologia da Paisagem e do Território, pela Universidade do Minho. A sua investigação tem-se centrado nas questões de urbanismo, morfologia urbana, arqueologia da arquitectura e história da construção.

ARNALDO SOUSA MELO
Professor Auxiliar do Departamento de História da Universidade do Minho, Investigador do CITCEM. Doutorado em História da Idade Média pela Universidade do Minho e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. O seu campo de investigação incide sobre a sociedade, economia, poderes e organização do espaço urbano medieval, em particular a organização do trabalho e da produção, incluindo a história da construção.



EVOLUÇÃO DA PAISAGEM URBANA TRANSFORMAÇÃO MORFOLÓGICA DOS TECIDOS HISTÓRICOS

COORD.
MARIA DO CARMO RIBEIRO
ARNALDO SOUSA MELO

FICHA TÉCNICA

Título: Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos

Coordenação: Maria do Carmo Ribeiro, Arnaldo Sousa Melo

Figura da capa: Detalhe do *Mapa das Ruas de Braga*, Ricardo Rocha, 1750, Arquivo Distrital de Braga.

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»
IEM – Instituto de Estudos Medievais (FCSH – Universidade Nova de Lisboa)

Design gráfico: Helena Lobo www.hldesign.pt

ISBN: 978-989-8612-05-2

Depósito Legal: 357874/13

Concepção gráfica: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. www.sersilito.pt

Braga, Abril 2013

O CITCEM é financiado por Fundos Nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto PEst-OE/HIS/UI4059/2011

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	
Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo	5
<i>Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração</i>	
Manuela Martins e Maria do Carmo Ribeiro	11
<i>O Processo Urbano de Évora. Séc. I a.C. – séc. XV</i>	
Gustavo Silva Val-Flores	45
<i>Tarraco. Morfología y trazado urbano.</i>	
Ricardo Mar y Joaquín Ruiz de Arbulo	63
<i>La ciudad en las Partidas: edificaciones y apostura urbana</i>	
Juan A. Bonachía Hernando	91
<i>Operaciones de implantación de prestigio en la ciudad medieval en los siglos XV y XVI en Valladolid, Salamanca y Segovia. Análisis de sus significados y cambios urbanos producidos</i>	
José Miguel Remolina Seivane	119
<i>Urbanismo medieval asturiano a fines de la Edad Media. Financiación y gestión del espacio público, entre la tradición medieval y la modernidad (Oviedo, siglos XV-XVI).</i>	
María Álvarez Fernández	141
<i>Para o estudo do mercado imobiliário do Porto: o Tombo do Hospital de Rocamador de 1498</i>	
Luís Miguel Duarte	167
<i>O papel dos sistemas defensivos na formação dos tecidos urbanos (Séculos XIII-XVII)</i>	
Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo	183

<i>Transformações no sistema defensivo medieval de Barcelos</i>	
António Pereira	223
<i>‘Grant fortuna del mar’: construcciones portuarias y espíritu emprendedor en las villas portuarias de la España atlántica en la Edad Media</i>	
Jesús Ángel Solórzano Telechea, Fernando Martín Pérez e Amaro Cayón Cagigas ..	245
<i>A ação das estruturas portuárias na urbanização do Porto tardo-medieval.</i>	
Helena Lopes Teixeira	273
<i>Indícios e evidências de integração morfo-funcional na paisagem urbana de Braga (Sécs. XVI-XVIII)</i>	
Miguel Sopas de Melo Bandeira	291
<i>Ourense: permanencia e transformaci3es nunha cidade galega</i>	
Anselmo López Carreira	315

O PAPEL DOS SISTEMAS DEFENSIVOS NA FORMAÇÃO DOS TECIDOS URBANOS (SÉCULOS XIII- XVII)

MARIA DO CARMO RIBEIRO¹
ARNALDO SOUSA MELO²

INTRODUÇÃO

As muralhas têm sido consideradas, recorrentemente, como um dos elementos que melhor definem a cidade medieval. Este facto fica a dever-se, em larga medida, à sua presença constante num elevado número de núcleos urbanos que surgem na Idade Média. Dessa realidade dão testemunho as fontes escritas e as representações iconográficas medievais mas, também, os vestígios sobreviventes que integram ainda as cidades atuais.

A presença de cercas defensivas nas cidades, por vezes até aos nossos dias, constitui uma marca indiscutível da sua importância, não só como estrutura defensiva mas, também, como elemento condicionador da própria forma urbana. A sua longa persistência teve consequências importantes na estrutura e no desenvolvimento dos aglomerados, sendo atualmente um dos elementos que melhor define o limite dos centros históricos das cidades.

Todavia, existem centros urbanos medievais abertos, assim como núcleos amuralhados que não chegaram a receber o título de cidade ou vila, ainda que, nos séculos em que se produziu a génese dos núcleos urbanos medievais (XI-XIII), o povoamento tenha sido maioritariamente composto por aglomerações amuralhadas.

A muralha teve, à exceção de algumas cidades, uma função militar primária, materializando as necessidades básicas de proteção em caso de ataque. No entanto,

¹ Departamento de História; Unidade de Arqueologia; CITCEM – Universidade do Minho; mcribeiro@uaum.uminho.pt

² Departamento de História; CITCEM – Universidade do Minho; amelo@ics.uminho.pt

as muralhas podiam representar também barreiras de carácter judicial e aduaneiro. A muralha delimitava um espaço físico, político, social, cultural e ideológico, sendo, simultaneamente, símbolo de identidade para os que nela residiam, em contraposição aos forasteiros, e garante da pertença a uma comunidade. As funções desempenhadas pelas muralhas encontravam-se complementadas pelas portas e torres que as integravam que, para além do papel militar, valorizam a imagem colectiva da cidade³.

Algumas cidades irão desenvolver-se na Idade Média parcial ou integralmente sobrepostas ao espaço ocupado na época romana, conservando partes do plano urbano anterior mas, também, em muito casos, o seu sistema defensivo. Outras houve, surgidas na Idade Média, em que a muralha data desse período. De igual modo, os núcleos urbanos medievais tendem a crescer nos espaços extramuros dos núcleos originais, ou seja, nos arrabaldes, normalmente em função das portas das muralhas, dos caminhos ou de pequenos aglomerados, que puderam chegar a ser incorporados no recinto urbano, através do alargamento da área fortificada. De facto, em muitos casos, a construção de novos perímetros amuralhados acompanhou o crescimento urbano, marcando a evolução morfológica dos núcleos⁴.

Apesar da origem das muralhas medievais se encontrar, em geral, fortemente relacionada com a própria génese do fenómeno urbano medieval, aglomerados houve que conheceram a construção de recintos amuralhados num momento já avançado da sua urbanização, como foi o caso de Barcelos⁵.

Todavia, na Baixa Idade Média, e inícios da Idade Moderna, muitas cidades possuíam espaços livres intramuros e, simultaneamente, amplas extensões construídas nos subúrbios, circunstância que possibilitou a edificação continuada do núcleo urbano.

Na realidade, algumas cidades constroem novas muralhas durante os séculos XV, XVI e XVII, destinadas a proteger os arrabaldes, muito embora os espaços integrados pelo alargamento das muralhas acabem por permanecer, por vezes, pouco povoados durante muito tempo, podendo absorver na área intramuros o crescimento da época moderna, em alguns casos até datas tão avançadas como os séculos XVIII ou XIX.

De facto, as muralhas funcionaram, por vezes, como cinturas complexas, em virtude da sua sucessiva reutilização, alteração e alargamento, condicionando a formação e desenvolvimento do tecido urbano.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar o fenómeno da construção de muralhas em algumas cidades medievais portuguesas, procurando

³ De Seta, C. e Le Goff, J. (eds.) (1991).

⁴ Teixeira e Valla, 1999; Benito, 2000.

⁵ Pereira, 2012.

compreender o impacto diferenciado que os sistemas defensivos exerceram sobre a formação dos tecidos históricos.

A concretização dos nossos objetivos encontra-se particularmente valorizada em virtude da existência de um conjunto de produções cartográficas urbanas, surgidas, de modo geral, a partir do século XVI. Trata-se de ilustrações iconográficas, das quais a obra intitulada *Civitates Orbis Terrarum* constitui um exemplo bastante significativo, onde se encontram representadas muitas cidades portuguesas mas, também, cartografia de cariz militar, nomeadamente *O Livro das Fortalezas*, de Duarte d'Armas. Merece, igualmente, particular destaque a cartografia urbana produzida ao longo dos séculos XVI e XVII que retrata o urbanismo de muitas cidades portuguesas. Deste modo, procedemos à análise cruzada dos dados contidos nas fontes iconográficas e cartográficas com um conjunto de dados publicados, resultantes de trabalhos de investigação elaborados com base nas fontes históricas e arqueológicas. Na nossa abordagem, procurámos, igualmente, valorizar os vestígios conservados e as marcas fossilizadas dos sistemas defensivos, que permitem ainda documentar o seu impacto na formação da paisagem urbana.

Começaremos, deste modo, por analisar os aglomerados alto medievais que reaproveitam as muralhas romanas e, seguidamente, aqueles que conheceram uma fundação islâmica. Posteriormente, abordaremos os aglomerados de origem medieval que conhecem cercas defensivas originais nos séculos XII-XIII e, ainda, os núcleos ampliados através da construção de novas muralhas nos séculos XIV e XV. Finalmente, centrar-nos-emos na análise das cidades planeadas fortificadas nos finais da Idade Média e dos núcleos de fronteira que conheceram novos sistemas defensivos no século XVII.

1. AGLOMERADOS ALTO MEDIEVAIS QUE REAPROVEITAM AS MURALHAS ROMANAS/ISLÂMICAS

Na generalidade, os aglomerados urbanos alto medievais portugueses tiveram origem nas antigas cidades romanas. Em alguns destes casos verifica-se que as antigas estruturas defensivas romanas foram reaproveitadas na sua totalidade, como parece ter acontecido no Porto, em Lisboa ou em Évora, ou parcialmente como aconteceu em Braga.

Dentro deste modelo de aglomerado urbano alto medieval encontramos ainda a distinção entre aqueles que se localizam a norte de Portugal e, portanto, conhecem uma continuidade ocupacional cristã, e os situados a sul, que após o período romano e suevo-visigótico são transformados em núcleos urbanos islâmicos, muito embora reutilizando o sistema defensivo romano.

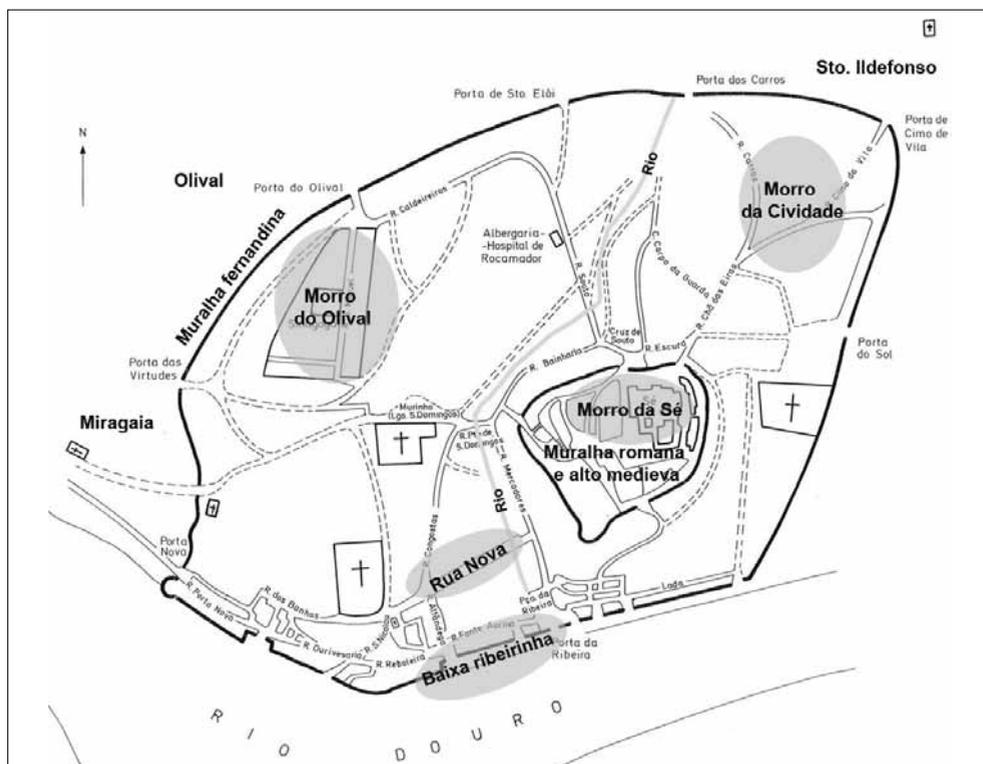


Figura 1. Sistemas defensivos do Porto (adaptado de Marques *et al.* 1990: 25)

No caso da cidade do Porto, a área amurallhada de origem romana vai manter-se até ao século XIV, correspondendo apenas a um reduto no cimo de um morro, muito embora a área urbana se estendesse até ao rio (Fig. 1).

Apesar de se tratar de um aglomerado que se desenvolveu sob um anterior núcleo romano, na realidade, as marcas dessa ocupação no urbanismo medieval são muito reduzidas. Todavia, a reutilização do sistema defensivo romano irá condicionar, necessariamente, a morfologia do pequeno burgo medieval. De facto, a cidade irá desenvolver-se dentro da cerca romana, localizada na parte mais elevada do morro, adaptando-se ao seu perímetro mas, também, à topografia acidentada do local, apresentando um sistema viário enquadrado nas necessidades da cidade medieval, que se estabelece em função do centro religioso. A partir do século XII, o início da construção da Sé irá condicionar a configuração da zona envolvente da Catedral, a partir de onde o sistema viário se articula com as portas da primitiva cerca⁶. Refira-se, que, com alguma probabilidade, as portas da muralha alto medieval seriam coincidentes com as romanas.

⁶ Oliveira, 1973: 179-260; Basto, 1962: 143; Sousa, 1994: 124-136; Real, 1984: 36-37; Real, 2001: 8-19; Teixeira, 2010; Real; Ribeiro e Melo, 2012:159-167.

Simultaneamente, a cidade desenvolve-se na zona ribeirinha, com ocupação igualmente desde o período romano, associada ao local de travessia do rio da antiga via romana e às infraestruturas portuárias. O espaço entre estes dois polos conhece uma progressiva e paulatina urbanização a partir, pelo menos, do século XIII, através da consolidação do sistema viário, bem como da implantação de mosteiros mendicantes. Todavia, será somente durante o século XIV que a parte ribeirinha do aglomerado conhece pela primeira vez uma cerca defensiva⁷.

Em Lisboa, a muralha romana, pelo contrário, ocuparia o morro mas, também, toda a zona ribeirinha até próximo do Tejo. Nesta cidade, com intensa ocupação islâmica desde o século VIII, o perímetro da muralha moura parece ter mantido o da cerca romana, ainda que com adaptações e acrescentos. Destaca-se, em particular, a divisão entre almedina e alcáçova, que constituía o reduto fortificado mais restrito típico da cidade islâmica, com ligação direta ao exterior⁸ (Fig. 2).

Dentro da cerca romana, posteriormente moura, incluíam-se dois polos fundamentais, o alto, ou da alcáçova, e a zona ribeirinha. Entre estes, existia uma plataforma natural, onde se teria localizado o fórum romano, posteriormente a mesquita e depois a Sé⁹.

A estrutura defensiva moura será reutilizada após a conquista cristã de 1147, mantendo-se até ao século XIV, momento em que a nova cerca fernandina expande os limites da cidade para nascente e poente¹⁰.

A longa persistência da primitiva cerca, associada à topografia acidentada da colina e à forte concentração demográfica, deixaram marcas morfológicas bastante características no centro histórico da urbe lisboeta, que apresenta um denso e sinuoso sistema viário, cujas marcas persistem ainda hoje.

Tal como Lisboa, Évora manteve o mesmo perímetro e traçado das muralhas romanas, durante o prolongado período islâmico, assim como introduziu a divisão interna entre almedina e alcáçova (Fig. 3). A partir da conquista cristã de 1165, e até ao século XIV, a cidade continuará a utilizar o mesmo sistema defensivo. A partir do século XIII verifica-se um crescimento extramuros, pautado pelo desenvolvimento de focos populacionais estruturados em torno de algumas praças, mosteiros mendicantes e outras igrejas, bem como dos bairros da Mouraria e da Judiaria. Neste processo de crescimento, as portas da antiga cerca, e os respetivos largos que se conformam do lado exterior, vão constituir um importante vetor de estruturação da expansão destes arrabaldes¹¹ (Fig. 4).

⁷ Oliveira, 1973: 179-260; Basto, 1962: 143; Sousa, 1994: 124-136; Real, 1984: 36-37; Real, 2001: 8-19; Teixeira, 2010; Real; Ribeiro e Melo, 2012:159-167.

⁸ França, 2009: 31-55; Silva, 2010: 42-51; 75-99.

⁹ França, 2009: 31-55; Silva, 2010: 42-51; 75-99.

¹⁰ França, 2009: 64-68; Silva, 2010: 75-99; 148-172.

¹¹ Beirante, 1995: 9-17; 40-54; 112-119; Val-Flores no presente livro.

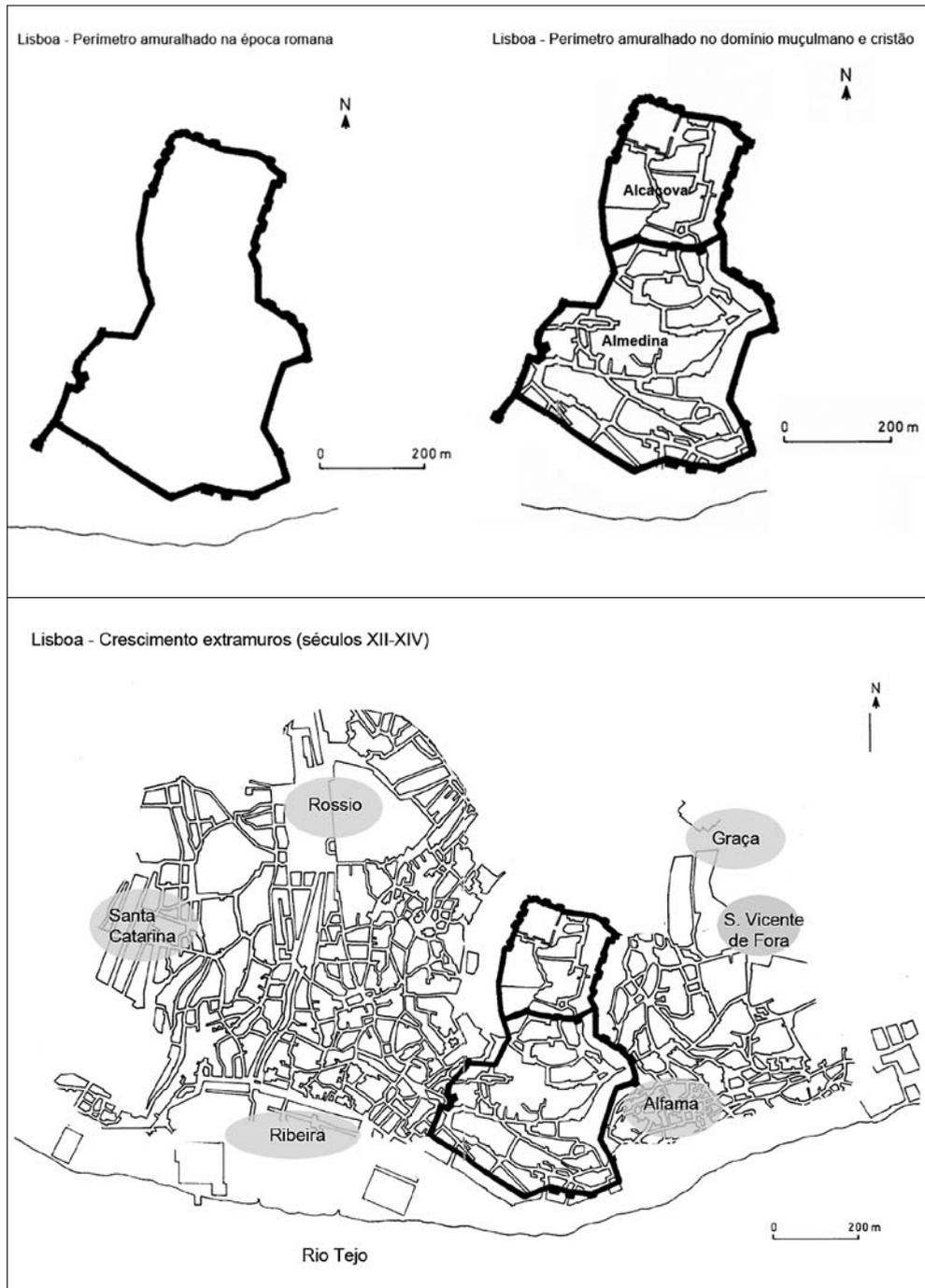


Figura 2. Sistemas defensivos de Lisboa, desde o período romano até ao século XIV (adaptado de Marques *et al.* 1990: 58-59)

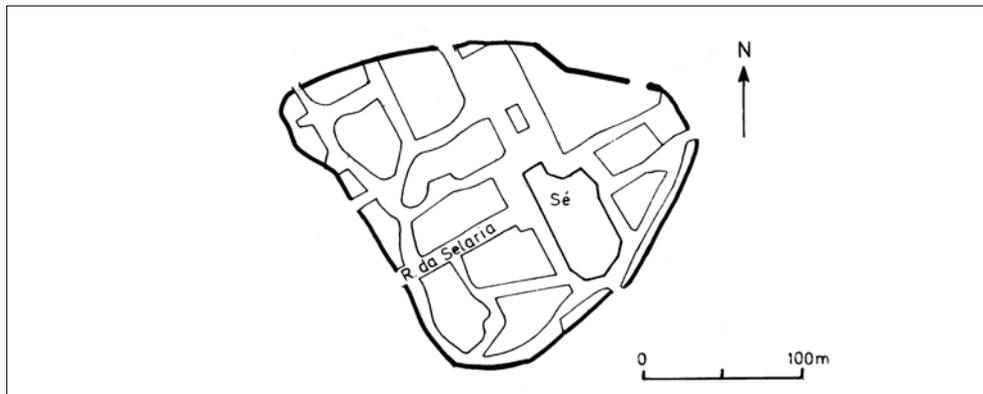


Figura 3. Évora – Perímetro amuralhado romano, islâmico e cristão até ao século XIV (adaptado de Marques *et al.* 1990: 85)

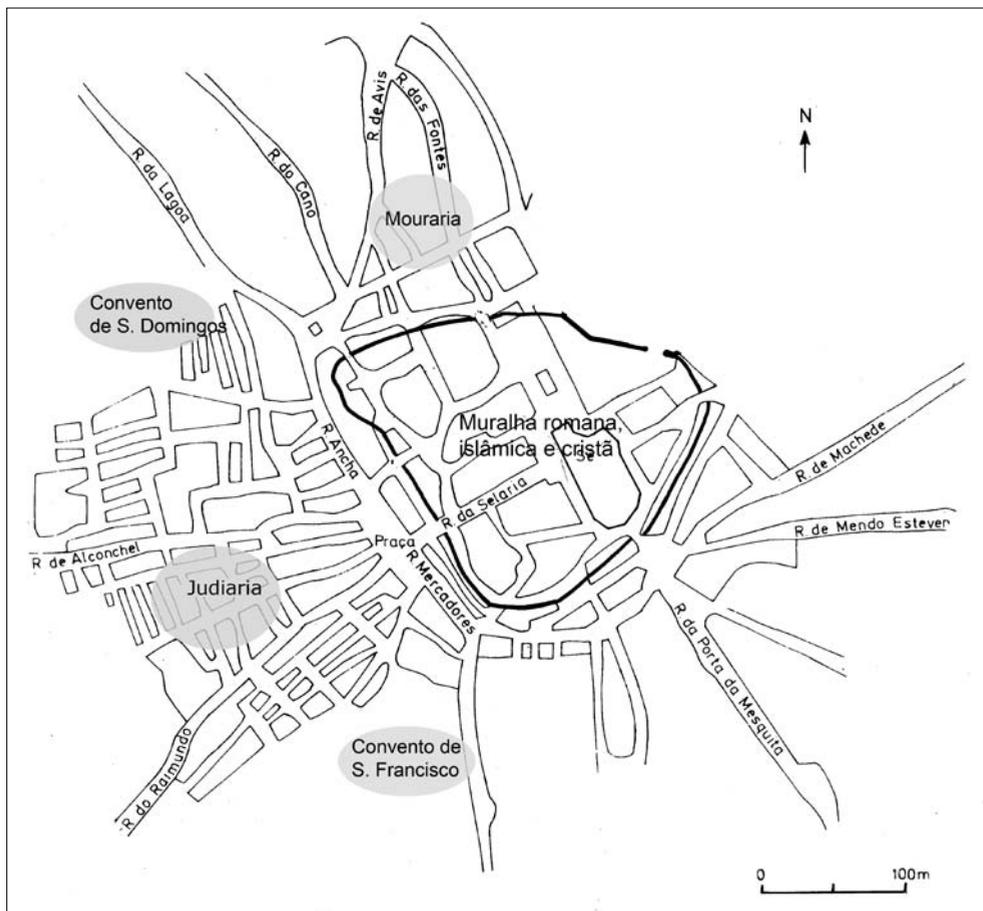


Figura 4. Évora – Crescimento extramuros séculos XIII-XIV (adaptado de Marques *et al.* 1990: 85)

No século XIV a nova cerca gótica, muito mais vasta, irá englobar a totalidade da cerca velha, exceto no muro Nordeste da Alcáçova, incluindo os diferentes focos de povoamento desenvolvidos nos arrabaldes, bem como vastas zonas rurais¹² (Fig. 17).

No caso da cidade de Braga, a reutilização do sistema defensivo romano anterior far-se-á apenas de forma parcial, assistindo-se, simultaneamente, à construção de um novo segmento de muralha, que vem reduzir substancialmente a dimensão da cidade¹³. De facto, o núcleo alto medieval vai estabelecer-se no quadrante nordeste da cidade romana, reaproveitando parte da muralha construída entre finais do século III e inícios do século IV, designadamente o setor norte, encontrando-se definida a sul por um novo perímetro defensivo. Muito embora não tenha sido possível aferir, até ao momento, a data precisa da construção da cerca que delimitava a sul o núcleo alto medieval de Braga, sabemos que ao longo dos séculos VIII-X a cidade conhecerá um processo de reestruturação que reaproveita, até ao século XIII, a referida parte norte da muralha romana¹⁴, organizando-se em torno da primitiva basílica paleocristã, transformada em Sé Catedral, em finais do século XI¹⁵ (Fig. 5).

Deste modo, o espaço urbano ocupado pela cidade de Braga no período alto medieval corresponde ao quadrante nordeste da cidade romana que conhecerá uma continuidade ocupacional, herdando, naturalmente algumas das suas características anteriores. Esta situação é particularmente evidente na regularidade do sistema viário de um setor da cidade, atualmente conhecido como Bairro das Travessas¹⁶ (Fig. 6). Todavia, o núcleo alto medieval reflete, igualmente, as transformações morfológicas introduzidas no plano romano durante a Antiguidade Tardia (séculos V-IX). Uma parte significativa destas alterações decorrem, precisamente, da construção da muralha baixo-imperial, sobretudo porque a cidade romana alto-imperial não seria muralhada mas, também, das vicissitudes políticas e das novas lógicas de ocupação do espaço urbano que se registam nos séculos seguintes¹⁷. Na realidade, a partir do século VIII a área urbana romana, definida pela muralha baixo-imperial, irá ser paulatinamente abandonada, passando a população a concentrar-se preferencialmente no seu quadrante nordeste, originando um núcleo urbano com características morfológicas distintas, que ganham particular expressão no período alto medieval. A implantação de uma nova cerca que reduz substancialmente a área

¹² Beirante, 1995: 9-17; 40-54; 112-119; ver Gustavo Val-Flores no presente livro.

¹³ Ribeiro 2008, I, 318-324; Fontes *et al.* 2010, 255-262.

¹⁴ Fontes *et al.* 1997-98: 137-164.

¹⁵ Ribeiro, 2008, I, p. 148-149; Fontes *et al.* 2010, 255-262.

¹⁶ Ver Manuela Martins e Maria do Carmo Ribeiro no presente livro.

¹⁷ Martins *et al.*, 2012: 29-68.

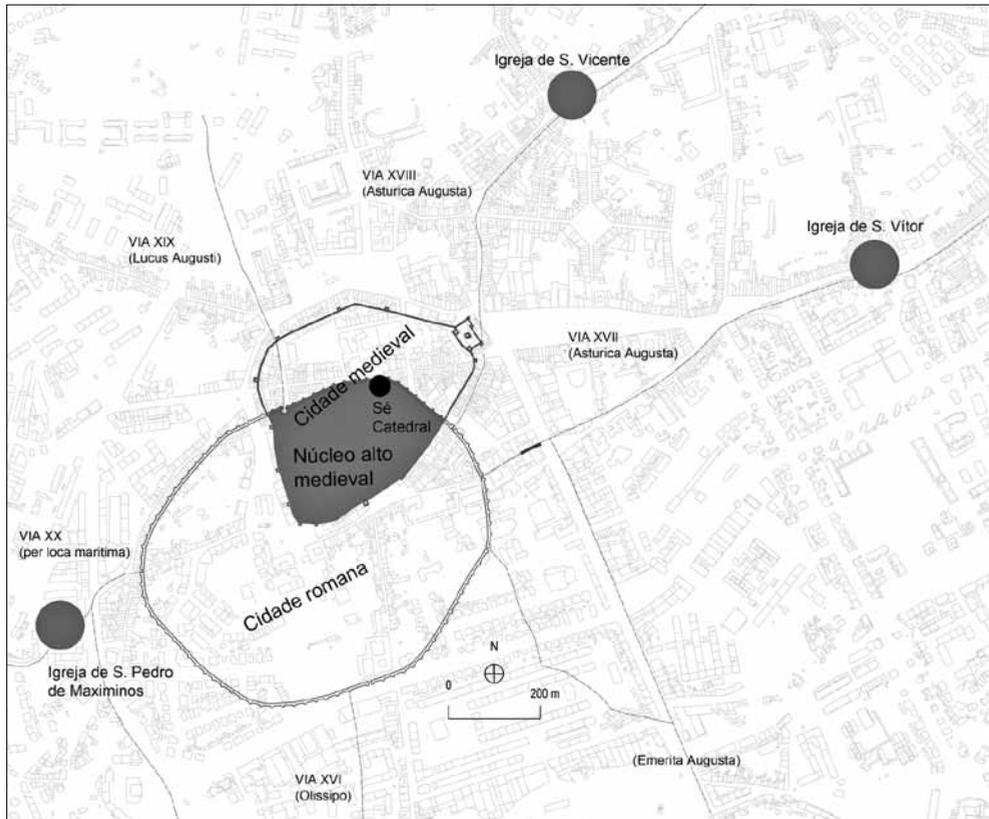


Figura 5. Braga – Sistemas defensivos desde a época romana até à Idade Média¹⁹

protegida, bem como a introdução de transformações progressivas irão caracterizar a morfologia da cidade até aos finais do século XIII¹⁸.

Posteriormente, no século XIV, uma nova muralha irá alargar o perímetro urbano para norte e nordeste, que reutiliza a anterior cerca que delimitava a sul¹⁹, mas que inutiliza os segmentos ainda reutilizados da anterior cerca romana (Fig. 5).

A dualidade morfológica que as representações iconográficas, nomeadamente o *Mapa de Braunio*, de 1594, apresentam para Braga, permite especular que as características da cidade no período alto medieval refletem, por um lado, uma regularidade do sistema viário e dos quarteirões, herdados do período anterior, muito embora não coincidentes na sua totalidade com os romanos e, por outro, um conjunto de ruas e quarteirões irregulares que decorrem da adaptação do

¹⁸ Fontes *et al.* 2010, 255-262; ver Manuela Martins e Maria do Carmo Ribeiro no presente livro.

¹⁹ Ribeiro, 2009/2010, p: 179-201.

²⁰ Ribeiro, 2009/2010: 190.

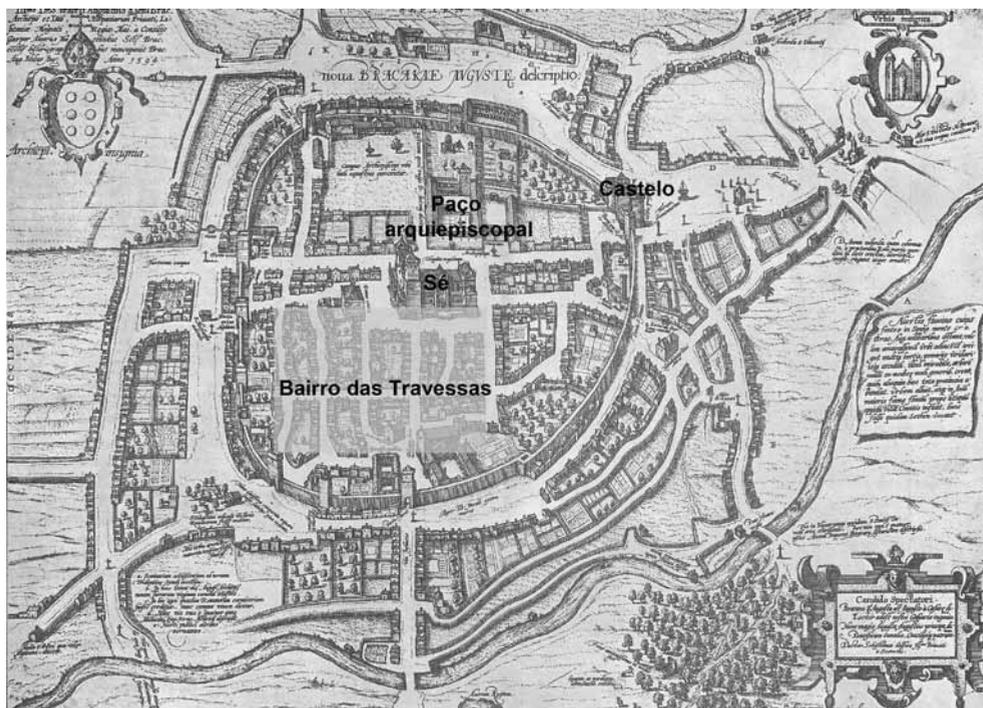


Figura 6. Braga – Representação das principais construções medievais no *Mapa de Braunio* (1594)

tecido urbano ao sistema defensivo, acompanhado por um crescimento espontâneo da cidade²¹.

Do mesmo modo, a influência da muralha romana em Braga, tratando-se de uma imponente estrutura defensiva, fez-se sentir, designadamente, ao nível da organização do espaço periférico da cidade. Quer o perímetro da muralha, quer as portas e os caminhos que a ela ligavam deixaram marcas bastante evidentes na paisagem urbana, que se fossilizaram ao longo da Idade Média e da época Moderna²².

2. NÚCLEOS URBANOS DE FUNDAÇÃO ISLÂMICA

Dentro do universo das cidades medievais portuguesas, registam-se exemplos de cidades de fundação islâmica, sem antecedentes urbanos conhecidos, que incluíam um sistema defensivo desde a sua génese. Dentro destes, destaca-se a cidade de Silves, que no período muçulmano apresentava uma estrutura de proteção tradicional islâmica composta por dois perímetros amuralhados: a alcáçova, que

²¹ Ribeiro, 2009/2010, p: 179-201; ver Manuela Martins e Maria do Carmo Ribeiro no presente livro.

²² Ribeiro, 2009/2010, p: 179-201.

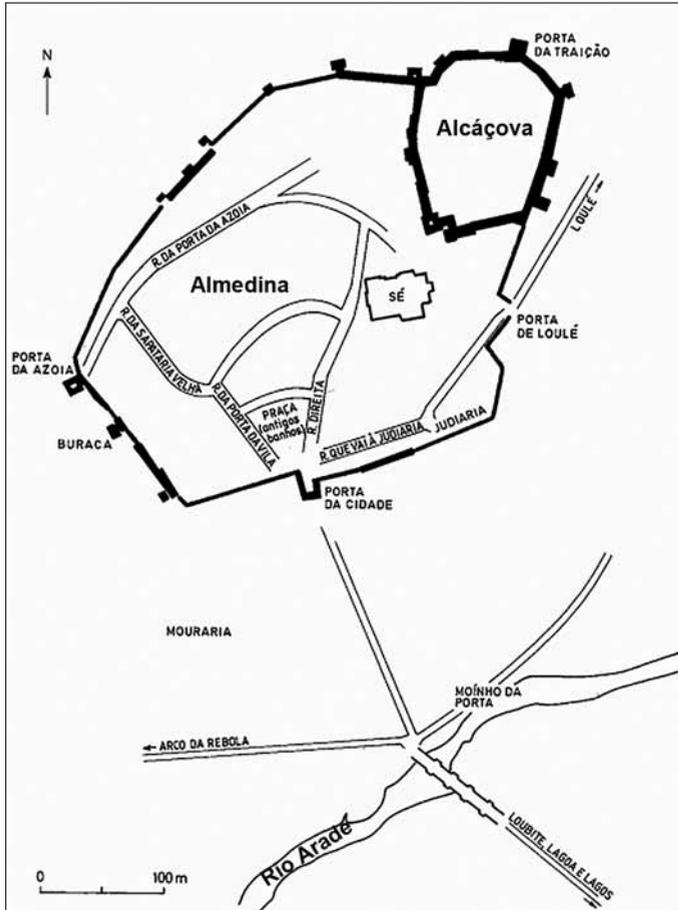


Figura 7.
Silves – Sistema defensivo
islâmico e medieval
(adaptado de Marques *et al.*
1990: 91)

incluía uma ampla área, onde se localizava, o castelo e algumas áreas residenciais; a almedina, rodeada pela segunda muralha; e, ainda, uma terceira cerca mais ampla, cujo traçado exato é desconhecido, mas que incluía os arrabaldes e se estendia até ao rio, tirando partido das suas vantagens defensivas, à semelhança de muitas outras cidades islâmicas peninsulares²³ (Fig. 7).

No período cristão, a cidade de Silves irá reutilizar as muralhas islâmicas da alcáçova e da almedina, mantendo o modelo habitual da alcáçova com saída direta para o exterior. A muralha da almedina apresentava uma forma poligonal, com contornos muito irregulares nas partes mais acidentadas do terreno, de modo a

²³ Botão, 1992: 24; 26-35 e fig. 2 dos Gráficos e Mapas.



Figura 8. Silves – Traçado dos sistemas defensivos na fotografia aérea (Sousa 1993: 340)

ajustar-se melhor à topografia. Refira-se que a terceira cerca islâmica, mais alargada, não foi incluída no sistema defensivo cristão, acabando por desaparecer²⁴.

Assim, contrariamente ao que se verifica em muitas cidades, como analisaremos ao longo deste trabalho, a cidade de Silves conheceu uma redução muito significativa da sua área amuralhada no período cristão, com o abandono dos espaços incluídos na terceira cerca. Esta situação ter-se-á ficado a dever a uma acentuada redução demográfica nos primeiros séculos de domínio cristão, em consequência de vários fatores, nomeadamente surtos de malária que terão contribuído para a retração de Silves. Refira-se que paralelamente à perda de importância desta cidade, se assiste ao desenvolvimento de outras, em particular Faro e Lagos²⁵.

Todavia, o longo período de ocupação islâmica da almedina conferiu a esta área as marcas urbanísticas características da cidade islâmica, que se manterão no seu essencial durante o período cristão, nomeadamente um sistema viário irregular.

De facto, a cidade desenvolveu-se dentro das suas muralhas durante toda a Idade Média e nos séculos seguintes, circunstância que permitiu que algumas das características do urbanismo islâmico e medieval se perpetuassem, inclusivamente, até aos nossos dias. Silves constitui um exemplo de cidade islâmica onde os vestígios materiais do sistema defensivo, ou as marcas da sua existência, se conservaram até à atualidade (Fig. 8).

²⁴ Botão, 1992: 24; 26-35 e fig. 2 dos Gráficos e Mapas.

²⁵ Sousa, 1993: 340.

3. AGLOMERADOS URBANOS DE GÊNESE MEDIEVAL QUE CONHECEM CERCAS DEFENSIVAS NOS SÉCULOS XII-XIII

Os núcleos urbanos cristãos de fundação medieval constituem um outro tipo de aglomerado, cujo sistema defensivo, na generalidade dos casos, tem origem nos séculos XII e XIII.

Dentro desta tipologia, podemos identificar duas situações distintas. A primeira, quando a cerca defensiva surge associada a um castelo pré-existente, como é o caso de Guimarães. A segunda, nos casos em que a muralha e o castelo são construídos em simultâneo, como ocorreu na Guarda.

No caso de Guimarães, assiste-se a uma construção faseada do sistema defensivo. Inicialmente, no século X, a condessa Mumadona Dias terá mandado edificar no monte *latito* um castelo, que irá ser reformulado ao longo dos séculos seguintes. Este castelo e a zona envolvente darão origem à designada *vila alta*. Simultaneamente, no sopé desse monte, em torno de um mosteiro, fundado de igual modo pela referida condessa, foi-se desenvolvendo um pequeno aglomerado, denominado, mais tarde, *vila baixa*. No século XIII, durante o reinado de Afonso III, deu-se início à construção ou reforço de uma primeira muralha que limitava a parte alta da vila, contornando apenas o cume da colina do castelo. Este espaço englobava áreas residenciais, num modelo muito semelhante ao da alcáçova islâmica, como já referido²⁶ (Fig. 9).

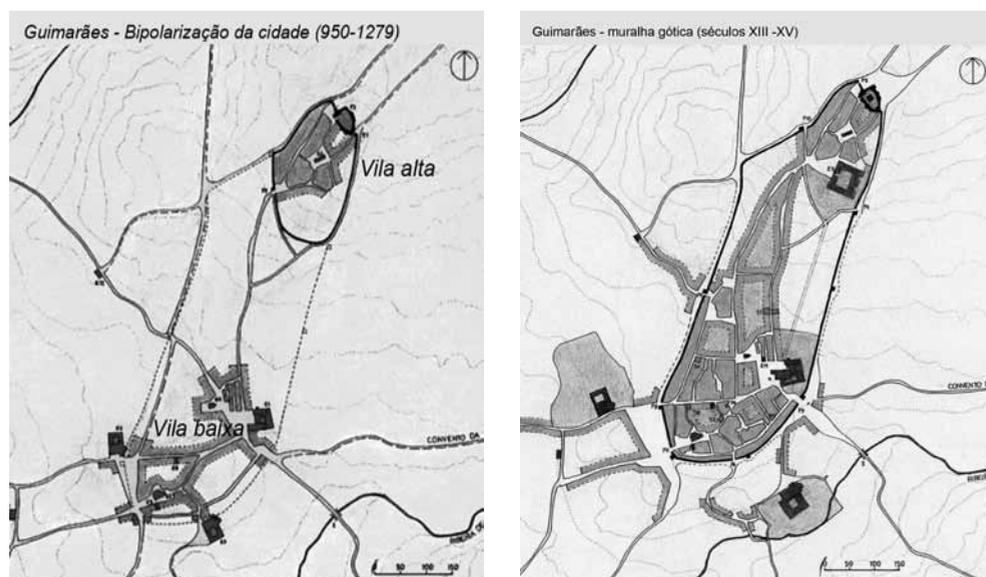


Figura 9. Guimarães – Perímetros amuralhados dos séculos X a XV (adaptado de VVAA 2009: 260)

²⁶ Barroca, 1996: 17-28; Ferreira, 2010: 233-250 e 250-289; 362-368; 371-372; Barroca e Lourenço, 2013: 5-29.



Figura 10.
Guimarães – Sistema
defensivo na
fotografia aérea

Simultaneamente, ainda no reinado deste último monarca deu-se início à construção de uma segunda cerca, que consistiu na ampliação da primeira zona amuralhada, de forma a abranger a parte baixa da cidade. Esta terá sido finalizada na primeira metade do século XIV, no tempo de D. Dinis, que a mandou reconstruir e robustecer. Deste modo, as duas *vilas* ficaram englobadas por uma só muralha, adossada ao castelo no topo, mas mantendo uma muralha interna de separação.

No século XIV, no reinado de D. João I, foi ordenado o reforço das muralhas do burgo vimaranense, bem como a destruição da parte da cerca que separava os dois núcleos urbanos – a parte alta da parte baixa –, reflexo da unificação jurisdicional das duas partes (em 1369 e depois em 1389)²⁷.

A formação e desenvolvimento deste tipo de sistema defensivo foram condicionados pela constituição de dois núcleos de povoamento simultâneos, localizados em espaços topograficamente opostos, que posteriormente são unificados sob uma

²⁷ Ferreira, 2010: 233-250 e 250-289; 362-368; 371-372.

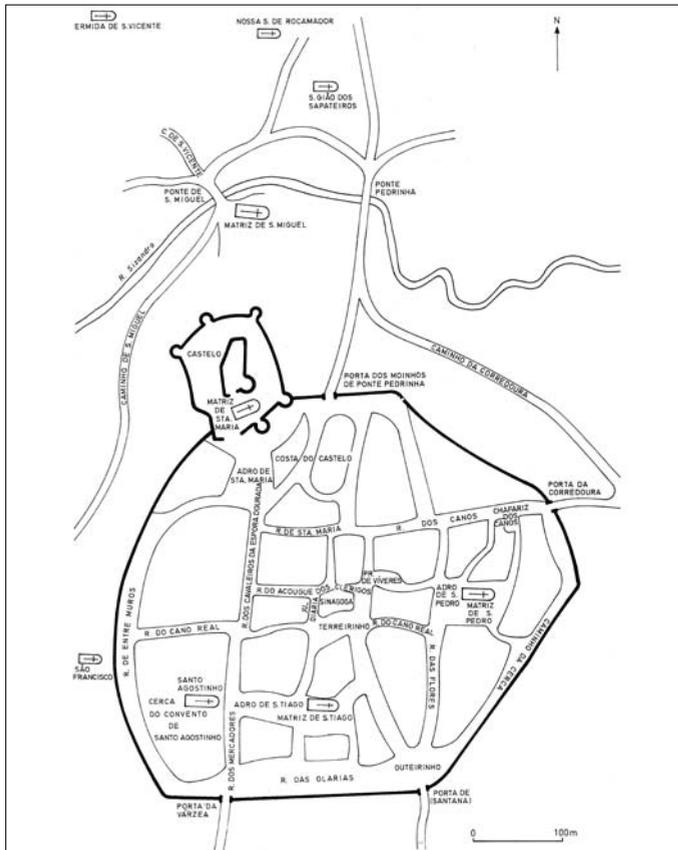


Figura 11.
Torres Vedras – Perímetro amuralhado medieval, século XV (adaptado de Marques *et al.* 1990: 79)

mesma muralha. Assim, na parte alta, rodeada por uma muralha que encosta ao castelo, verifica-se uma organização viária composta por um conjunto de ruas irregular, que se adapta à topografia, denotando uma baixa densidade ocupacional. Por outro lado, na parte baixa, o aglomerado organiza-se em torno do mosteiro, desenvolvendo-se numa plataforma menos acidentada, revelando um sistema viário mais denso e complexo, articulado com as praças e as portas da muralha, que neste sector são em maior número do que na cerca da parte alta. A parte baixa indicia, assim, uma maior densidade ocupacional. A articulação entre estes dois focos de povoamento era realizada sobretudo através de dois grandes eixos, as ruas de Santa Maria e do Gado, que acompanham o forte declive da vila.

As características urbanas apresentadas para Guimarães, no período medieval, irão perpetuar-se durante a Idade Moderna e, em certa medida, até aos nossos dias, sobretudo na parte baixa, graças à conservação e/ou fossilização do sistema defensivo medieval.

Um outro exemplo de aglomerado urbano que tem origem num castelo que o antecede regista-se na cidade de Torres Vedras (Fig. 11). Apesar de, numa observação rápida, este caso apresentar semelhanças com Guimarães, na realidade trata-se de aglomerados com processos de desenvolvimento urbano bastante díspares, onde o sistema defensivo influenciou de forma diferenciada a morfologia da cidade. No caso de Torres Vedras, o castelo é construído no século XII na parte alta, na alcáçova, onde também se localizava a colegiada e o paço dos alcaides, registando-se aí um forte dinamismo urbano, até inícios do século XIV. Por outro lado, a parte baixa, sem muralha até ao século XV, ganha protagonismo sobretudo a partir dos finais do século XIV, momento em que a alcáçova surge como uma zona pouco povoada. Na parte baixa localizavam-se, então, os principais edifícios urbanos, tais como os novos paços do alcaide e mosteiros. A este propósito refira-se que até o alcaide abandonara o castelo e a alcáçova, como local de residência²⁸.

Todavia, será apenas no século XV que uma nova muralha irá englobar a parte baixa, ligando-a à alcáçova, que se manterá numa extremidade. Na realidade, não se conhece o perímetro exato desta nova muralha, nem se sabe se chegou a ser concluída na sua totalidade. A ausência de fontes escritas e de registo arqueológico que a documentem, bem como o facto de não se ter preservado durante muitos séculos, impossibilita a reconstituição do seu perímetro exato, bem como determinar ao certo quais as suas implicações no tecido urbano. De facto, ao que tudo indica, a muralha do século XV terá englobado mais área do que a que se encontrava urbanizada, registando no seu interior espaços por ocupar. Acrescente-se que a retração demográfica e económica que terá afetado Torres Vedras posteriormente a este século, poderá justificar o abandono e ruína da cerca ao longo dos tempos e, simultaneamente, a parca influência que parece ter tido na formação e desenvolvimento do tecido urbano torriense²⁹.

Muito embora a génese do sistema defensivo de Guimarães e Torres Vedras seja semelhante, apresentando um castelo inserido numa zona amuralhada restrita, *tipo alcáçova*, o facto da muralha urbana ter sido construída em momentos muito diferentes, produziu efeitos distintos na morfologia dos respectivos núcleos urbanos. A densidade viária e construtiva, bem como a irregularidade das artérias da vila baixa vimaranense, limitada pela muralha desde o século XIII, é muito superior à da vila baixa de Torres Vedras, cujo desenvolvimento urbano não esteve limitado nem condicionado por uma cerca defensiva, sendo a muralha apenas construída no século XV, altura em que já se encontrava em avançado estado de urbanização³⁰.

²⁸ Rodrigues, 1995: 111-126; Rodrigues, 1996: 25-33.

²⁹ Rodrigues, 1995: 111-126; Rodrigues, 1996: 25-33.

³⁰ Rodrigues, 1995: 111-126; Rodrigues, 1996: 25-33.

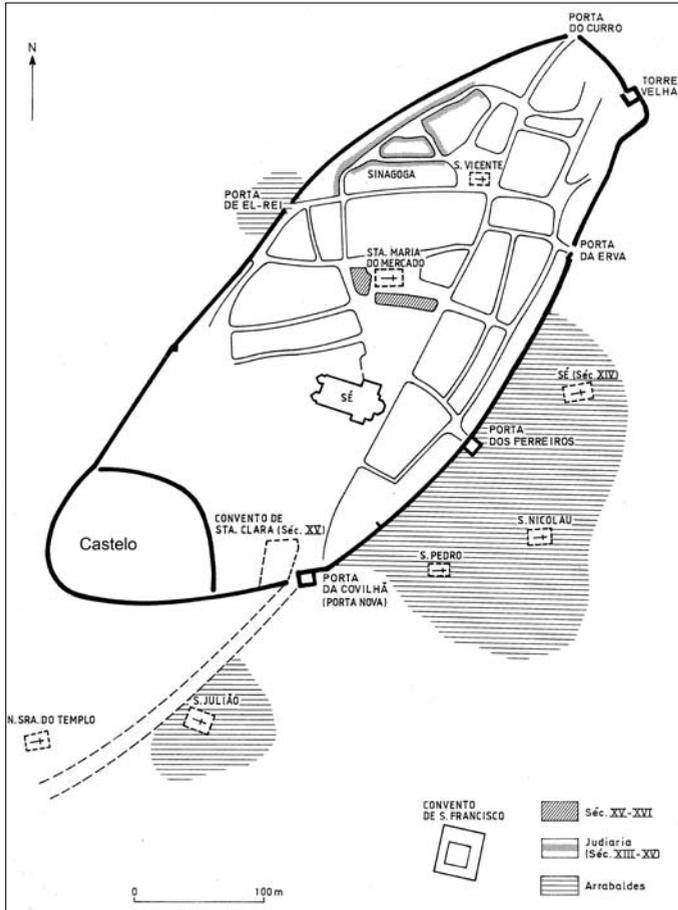


Figura 12.
Guarda- Perímetro da muralha medieval (adaptado de Marques *et al.* 1990: 35)

Por outro lado, dentro do tipo de núcleos urbanos cristãos de fundação medieval, a Guarda (Fig. 12) corresponde ao modelo caracterizado pela construção em simultâneo da muralha e do castelo. Neste caso, ao que tudo indica, o castelo e a cerca da vila terão começado a ser construídos na mesma data, nos inícios do século XIII. A cidade, tornada então sede de bispado, por transferência da antiga diocese de Egitânia, manteve, simultaneamente, a sua importância estratégica político-militar, devido à proximidade com a fronteira de Leão. Esta dupla circunstância explica muitas das suas características urbanas, bem como a sua crescente importância no Reino³¹.

Todavia, a muralha do século XIII foi a única cerca conhecida para a Guarda, que não conheceu ampliações futuras. Refira-se, aliás, que no século XIV, o rei

³¹ Gomes, 1987: 25-58.

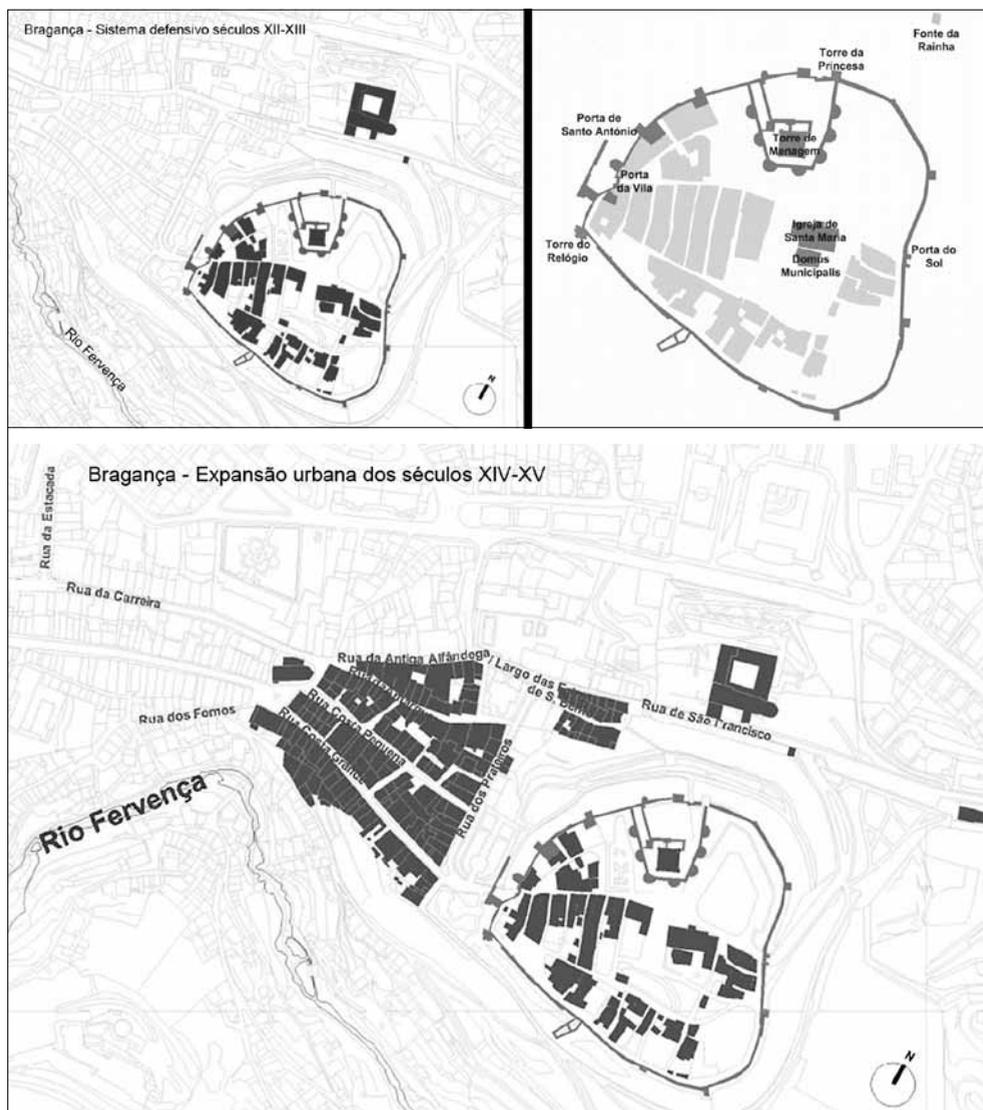


Figura 13. Bragança – Sistema de defensivo e expansão urbana medieval (adaptado de Rebelo 2008: 4, 6 e 12)

D. Fernando, no âmbito das guerras com Castela, ordenou que se destruíssem os arrabaldes demasiado próximos da muralha, que comprometiam a sua eficácia, contrariamente a outras cidades, onde mandou fazer ou ampliar muralhas³².

A cidade da Guarda desenvolve-se numa colina, encontrando-se o castelo na área mais elevada e a zona urbanizada na encosta e no sopé do monte. À seme-

³² Gomes, 1987: 40-41.

lhança de Guimarães, o perímetro da muralha adapta-se à topografia acidentada do terreno, conhecendo um maior número de portas na zona mais baixa. De igual modo, o espaço intra muros apresenta maior densidade construtiva e viária na zona menos acidentada, com características morfológicas que resultam da adaptação ao terreno, bem como às muralhas e portas.

O plano atual da cidade da Guarda reflete, igualmente, muitas das características herdadas do período medieval, bem como aquelas que derivam do facto da cidade se ter mantido condicionada pela cerca defensiva durante muitos séculos.

Outro exemplo que se destaca no contexto das cidades medievais portuguesas é o de Bragança (Fig. 13). Neste caso, tratando-se igualmente dum ponto estratégico pela proximidade com a fronteira de Leão e inserindo-se numa região pouco povoada, a construção do sistema defensivo no século XII terá contemplado a edificação dum castelo e de uma muralha que englobava uma área adjacente. Ao longo dos séculos XII e XIII o núcleo urbano encontrar-se-ia confinado à parte intramuros, desenvolvendo-se em torno de um eixo central que unia as duas portas principais e que dividia a vila em dois núcleos. Um, referente à zona do castelo, menos urbanizado, e o outro, à área residencial e de edifícios públicos, como a *Domus municipalis* e a igreja matriz, com elevada densidade ocupacional. Esta última área, encontrava-se organizada num esquema tipo *espinha de peixe*, onde da rua principal derivavam arruamentos secundários, mais ou menos paralelos entre si e oblíquos à primeira, seguindo as curvas de nível³³.

Ao contrário de outras cidades, a muralha de Bragança terá sido utilizada para apoio de algumas construções, que desta forma a ela se adossavam. Esta situação, com impacto ao nível da funcionalidade defensiva da estrutura, terá levado a que em casos de guerra os seus proprietários tivessem sido obrigados a demolir as construções. Todavia, a partir dos séculos XIV e XV, os constrangimentos espaciais impostos pela muralha, terão determinado o crescimento urbano realizado para fora do perímetro da cerca, dando origem à formação de um importante arrabalde, que se desenvolveu de acordo com as condições topográficas e naturais. Este arrabalde apresentava características morfológicas distintas do espaço intramuros, pois, ao contrário deste, os arruamentos eram mais largos, não seguindo as curvas de nível, orientando-se antes para a porta principal da muralha³⁴. Refira-se que este arrabalde nunca foi muralhado, não sofrendo portanto constrangimentos decorrentes da existência duma cerca, contrariamente à parte intramuros, cujo desenvolvimento urbano terá sido condicionado pelo sistema defensivo, circunstância que se verifica

³³ Rebelo, 2008: 5-18.

³⁴ Rebelo, 2008: 5-18.

até à atualidade. A muralha de Bragança constituiu um raro exemplo de sistema defensivo medieval conservado praticamente intacto até aos nossos dias.

4. NÚCLEOS URBANOS AMPLIADOS ATRAVÉS DE NOVAS CERCAS (SÉCULOS XIV E XV)

O afluxo demográfico registado ao longo dos séculos XIII e XIV para as cidades, bem como diversas questões de natureza político-militar irão ditar o alargamento e/ou o reforço de algumas muralhas urbanas. De modo geral, registam-se dois tipos de situações. Uma, em que as novas cercas reaproveitam parte das anteriores, como é o caso das cidades de Braga, Lisboa e Évora. Outra situação é aquela em que se constroem cercas de perímetro totalmente novo, que incluem no seu interior a totalidade da cerca antiga, como é o caso do Porto.

No caso da cidade Braga, tal como já referido, o núcleo alto medieval reaproveitou o traçado norte da muralha romana do Baixo-império. Posteriormente, a partir do século XIII, vamos assistir ao alargamento progressivo da muralha para norte e nordeste, no sentido do castelo, começado a construir nos inícios do século XIV³⁵ (Fig. 5).

Esta nova cerca, concluída em finais do século XIV, estende-se até ao castelo, passando a incluir o paço arquiépiscopal e uma extensa área por urbanizar, onde se localizavam maioritariamente propriedades rurais do arcebispo. A Sé Catedral, até então acantonada junto da muralha romana, passa assim a constituir o lugar central da nova área amuralhada. Esta muralha terá sido concluída nos finais do século XIV, por D. Fernando que, simultaneamente, terá mandado reforçar com torreões todo o perímetro defensivo. Curiosamente, a nova área amuralhada irá permanecer ao longo de toda a Idade Média com um carácter bastante rural, que só com o arcebispo D. Diogo de Sousa, nos inícios do século XVI, começará a perder. Contrariamente, a zona de maior densidade construtiva e demográfica corresponde à área do núcleo alto medieval, com ocupação desde o período romano. Refira-se, ainda, que as portas da cerca fernandina irão coincidir, na generalidade, com as antigas vias romanas, posteriormente transformadas em caminhos alto medievais³⁶. Curiosamente, no caso de Braga, o início da construção de edificações adossadas à muralha medieval verifica-se no século XVI, como se observa na representação iconográfica de Braunio (Fig. 6) e se atesta em registos arqueológicos e documentais. Deste modo, assiste-se, paulatinamente, à incorporação da cerca medieval no tecido urbano, passando esta a integrar os quarteirões *modernos*, bem como a

³⁵ Marques, 1986:5-34.

³⁶ Ribeiro, 2008, I, p. 315-510; Ribeiro, 2009/2010, p: 179-201.

conformar um conjunto de vias periféricas, que circundam e fossilizam o traçado da muralha medieval, com expressão até à atualidade³⁷ (Fig. 14).

A cidade de Lisboa, tal como referido, reaproveita a cerca romana e moura, muito embora a partir do século XII, e sobretudo do XIII, conheça um crescimento extramuros, em diversos polos, sem paralelo com nenhuma outra cidade portuguesa. A urbe foi-se desenvolvendo na zona ribeirinha, a ocidente da muralha moura, sobretudo com Afonso III e D. Dinis, que aí renovou e fez construir casas, terças, armazéns, e onde se localizavam diversas artérias, entre as quais se destaca a Rua Nova, a Rua dos Ferreiros, ou o Largo dos Açougues, entre outros. D. Dinis iniciou mesmo a construção de uma nova muralha nessa zona, em 1294/95, mas que nunca foi concluída³⁸ (Fig. 15).

Ainda a ocidente da muralha moura, assiste-se ao desenvolvimento de outros importantes polos de urbanização, em larga medida realizados em torno de igrejas e conventos, depois paróquias, em particular os mendicantes de S. Francisco e de S. Domingos, desde o século XIII. Em torno dos primeiros se desenvolverá o núcleo de Vila Nova de Santa Catarina, com esboços de arruamentos ortogonais. Os dominicanos instalaram-se junto ao Rossio, praça que vai adquirindo funções centrais na cidade, desde este período. Toda a zona do Rossio até à Ribeira, desde os séculos XIII e XIV, torna-se cada vez mais central, aí se desenvolvendo várias artérias, construções e atividades diversas, nomeadamente económicas e sociais³⁹.

Por sua vez, a oriente da cerca moura, também se assiste a um desenvolvimento semelhante, ainda que em menor escala, com destaque para a zona ribeirinha, o bairro da Alfama, arrabalde de origem islâmica, e as novas zonas da Graça e de S. Vicente de Fora⁴⁰.

O desenvolvimento destes diferentes polos manterá uma relação com o núcleo existente dentro da cerca primitiva, onde as portas e os caminhos que dela derivavam tiveram um papel estruturante e regulador da urbanização dos arrabaldes. No entanto, o crescimento urbano ocorrido nas zonas mais afastadas do primitivo sistema defensivo pode realizar-se sem os constrangimentos impostos por uma muralha. Aí se regista um sistema viário com ruas mais amplas que converge maioritariamente para os lugares centrais em particular, eixos de circulação no sentido N/S, em direção à zona ribeirinha, e paralelos ao rio, nesta zona. As con-

³⁷ Ribeiro, 2008, I, p. 507.

³⁸ França, 2009: 64-68; 78-84; Silva, 2010: 148-179, esp. 173-179.

³⁹ França, 2009: 69; 72-73; 80-84;

⁴⁰ França, 2009: 65; 87; Silva, 2010: 179-201.



Figura 14.
Braga
– Sistemas defensivos
na fotografia aérea

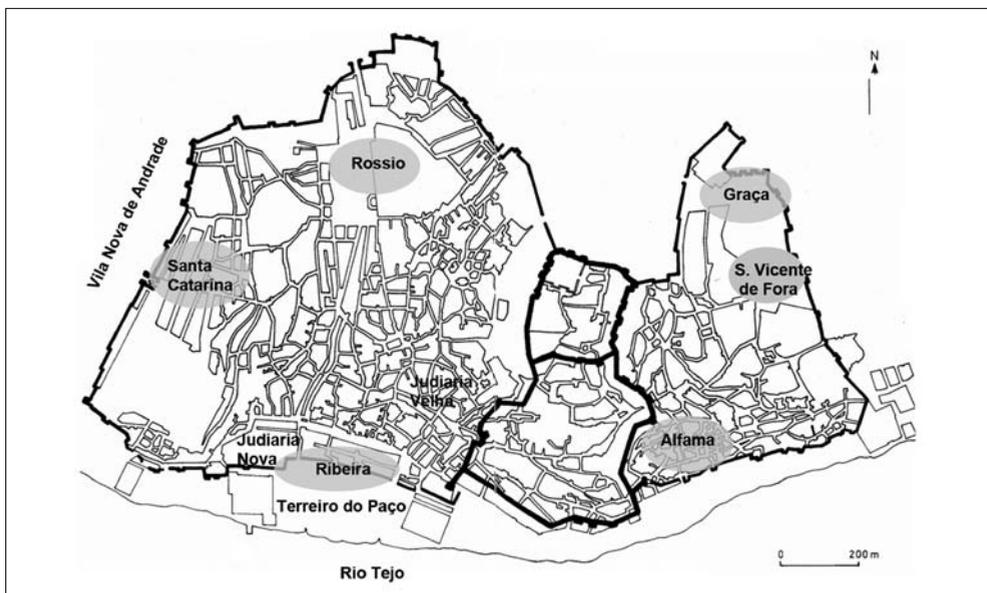


Figura 15. Lisboa – Muralha fernandina do século XIV (adaptado de Marques *et al.* 1990: 58-59)

dições naturais, designadamente o relevo e o rio, continuam a desempenhar um papel determinante na formação do tecido urbano (Fig. 15).

A construção da muralha fernandina, concluída em 2 anos apenas, entre 1373 e 1375, irá englobar todos os referidos polos de desenvolvimento, juntamente com áreas pouco urbanizadas. Assim, no seu seio encontram-se a zona ocupada pela cerca moura, bem como as referidas áreas de desenvolvimento, a oeste e a este.

O processo de urbanização das grandes áreas intramuros até então pouco urbanizadas será reforçado ao longo do século XV. Na zona ocidental da cidade regista-se um importante incremento construtivo, em particular, em torno dos conventos de S. Francisco e de S. Domingos, bem como da Trindade e do Carmo mas, também, das judiarias grande e pequena. Por sua vez, a nascente, assiste-se a um reforço da urbanização das zonas dos conventos da Graça e de S. Vicente de Fora⁴¹. Este processo continua e reforça as tendências anteriores à construção da muralha.

A expansão urbana na zona ribeirinha para poente será continuada e muito reforçada com D. Manuel, que mandará destruir a muralha fernandina nesta área, de modo a permitir a reorganização e expansão urbana dessa zona, na qual se destaca a construção do novo paço régio, dos armazéns e da alfândega, no Terreiro do Paço. Este processo de urbanização culminará com a construção do Mosteiro dos Jerónimos, em Belém, numa zona para poente, já bastante afastada das muralhas⁴².

De facto, a muralha fernandina de Lisboa constitui um exemplo bastante evidente das limitações que as muralhas impunham, em alguns casos, ao desenvolvimento urbano. Deste modo se poderá explicar que toda a muralha fernandina que acompanha a linha do rio tenha sido destruída precocemente, permitindo a dinamização desta zona, com o apoio régio, através do desenvolvimento de infra-estruturas de apoio às atividades industriais, navais e comerciais mas, também, às que se relacionam com o poder régio.

Refira-se, por exemplo, que, em finais do século XV, D. Manuel autoriza a construção de casas ou boticas, na Ribeira, junto da face externa da muralha, mas apenas de um só piso, e de modo a deixar as ameias à vista. Posteriormente autorizou a construção em altura até dois pisos, sendo a própria muralha, em muitos locais aberta e destruída, ou transformada em arcos de pedra, de passagem⁴³.

O crescimento da cidade de Lisboa para fora da cerca fernandina fez-se, naturalmente, através da criação de novos arrabaldes que, de forma geral, mantêm as mesmas características dos anteriores, onde as portas da muralha e os caminhos que delas derivam, bem como as condições topográficas assumem uma função

⁴¹ França, 2009: 97-108 e 121-127; Carita, 1999: 19-40 e 53-108.

⁴² França, 2009: 129-144 e ss. e p. 157-160.

⁴³ França, 2009: 130-131 e 135.



Figura 16.
Lisboa
– Sistema defensivo medieval
na fotografia aérea
(Sousa 1993: 328)

importante na morfologia da urbe. Alguns destes arrabaldes constituem bairros que apresentam um plano urbano com forte regularidade, como por exemplo Vila Nova de Andrade, atual Bairro Alto⁴⁴.

A cidade de Lisboa é hoje o resultado das sucessivas transformações urbanas iniciadas na colina do castelo, continuadas nas colinas e nas zonas ribeirinhas envolventes, bem como dos atribulados processos de renovação urbana por que passou, denotando, no entanto, em parte as marcas fossilizadas dos diferentes sistemas defensivos que conheceu. A este propósito refira-se a grande alteração operada, no século XVIII, na sequência do terramoto de 1755, na zona conhecida como *baixa pombalina*, que introduziu uma trama regular neste sector da cidade, alterando a totalidade da morfologia anterior (Fig. 16).

No caso da cidade de Évora, tal como já referido, verifica-se a construção duma nova muralha nos séculos XIV e XV, que inclui a quase totalidade da primitiva cerca, e passa a incorporar todos os arrabaldes surgidos entretanto fora dela⁴⁵. De facto, a muralha gótica, concluída com D. João I, alarga muito o perímetro da antiga, aproveitando apenas uma pequena parte, a norte da antiga alcáçova e castelo, mantendo a respetiva saída direta para o exterior (Fig. 17).

Em Évora verifica-se que grande parte das portas da cerca velha se reproduz na nova muralha, mantendo, por vezes, as mesmas designações, como por exem-

⁴⁴ Carita, 1999: 53-108.

⁴⁵ Beirante, 1995: 46-59; 112-119; ver Gustavo Val-Flores no presente livro.

plo a Porta de Alconchel. Paralelamente, as principais artérias do novo espaço muralhado são definidas pela articulação entre as portas da cerca velha e as da nova muralha. Este esquema conferiu a Évora medieval um plano perfeitamente radioconcêntrico, onde o centro é definido pelo traçado da primitiva cerca, a partir do qual se estabelece um conjunto de artérias radiais, que desembocam nas portas da muralha nova. Igualmente, também as praças existentes junto ao lado exterior da cerca velha se vão conservar, ocupando o mesmo espaço no plano urbano, em particular a grande praça de Évora, então designada Praça da Porta de Alconchel (da cerca velha), atual Praça do Geraldo, cuja centralidade se vê reforçada pelo lugar que passa a ocupar na nova configuração urbana. Com a conclusão da nova cerca todos os arrabaldes passaram a ficar englobados na nova muralha, pelo que esta cidade deixou de ter arrabaldes durante muito tempo⁴⁶ (Fig. 18).

O forte crescimento demográfico e urbano de Évora terá ditado igualmente a destruição parcial da antiga cerca, atestando-se documentalmente a reutilização dos seus materiais em outras construções. Em virtude da forte atração que a cidade exerceu sobre a família real e a alta nobreza, o surto construtivo nos séculos XIV a XVI, incluiu paços régios e senhoriais, conventos, igrejas, colégios, bem como outros edifícios de prestígio⁴⁷. A fossilização da muralha é, ainda hoje, bastante perceptível na paisagem urbana (Fig. 18).

Dentro do modelo dos aglomerados ampliados através de novas cercas nos séculos XIV e XV, podemos identificar uma situação distinta, ainda que pouco comum. Referimo-nos aos casos em que as cercas novas incluem no seu interior a totalidade do anterior sistema defensivo, como acontece no Porto (Fig. 1), constituindo este o único caso que encontramos deste tipo. Nesta cidade a cerca nova do século XIV irá englobar a muralha anterior, ocupando uma área muito maior, mas não reutilizando qualquer tramo da cerca velha, mesmo em zonas em que passa muito próximo desta. A explicação para esta situação poderá encontrar-se em motivos de ordem jurisdicional ou senhorial – dado o antigo litígio entre o Bispo, *senhor da cerca velha*, e o rei, *senhor da cerca nova* – ou em questões de ordem topográfica e militar.

Deste modo, a muralha antiga deixa de ter qualquer acesso direto ao exterior, ao contrário dos casos anteriormente referidos. Tal como já mencionado, a nova cerca passa a englobar as zonas urbanizadas extramuros, incluindo antigas áreas de ocupação romana, situadas preferencialmente na zona ribeirinha mas, também, importantes áreas não construídas. Na realidade, o espaço cercado pela muralha

⁴⁶ Beirante, 1995: 46-59; 112-119; ver Gustavo Val-Flores no presente livro.

⁴⁷ Beirante, 1995: 46-59; 112-119; ver Gustavo Val-Flores no presente livro.



Figura 19.
Porto
– Sistemas defensivos
na fotografia aérea

fernandina inclui três importantes morros, juntamente com zonas baixas e, em particular, ribeirinhas⁴⁸ (Fig. 1).

Refira-se, que uma parte significativa do sistema viário já se encontrava estruturado, verificando-se que, em alguns casos, as portas da nova muralha respeitam, precisamente, as preexistências viárias mais importantes. No processo de urbanização iniciado nos finais do século XIV, que se desenvolverá durante os séculos seguintes, destaca-se o morro do Olival, com arruamentos ortogonais na Judiaria Nova mas, também, a abertura da Rua Nova, na proximidade da zona ribeirinha, ambas impulsionadas por D. João I⁴⁹.

Destaque-se, no entanto, que a nova cerca irá deixar de fora alguns arrabaldes com um nível de urbanização significativo, tais como Miragaia e Santo Ildefonso, mantendo no entanto no seu interior espaços por urbanizar. Em algumas dessas áreas extramuros pode detetar-se uma certa especialização económica, como é o caso, em particular, de Miragaia e do Olival⁵⁰ em termos de construção naval e cordoaria.

O desenvolvimento da cidade do Porto nos séculos posteriores será feito simultaneamente com a progressiva urbanização de espaços intramuros, bem como

⁴⁸ Oliveira, 1973: 179-260; Sousa, 1994: 124-136; Real, 1984: 36-37; Teixeira, 2010; Real: 1987; Ribeiro e Melo, 2012:159-167.

⁴⁹ Oliveira, 1973: 179-260; Sousa, 1994: 124-136; Real, 1984: 36-37; Real: 1987; Teixeira, 2012; Ribeiro e Melo, 2012:159-167.

⁵⁰ Oliveira, 1973: 179-260; Sousa, 1994: 124-136; Melo, 2009, I: 217-250; Ribeiro e Melo, 2012:159-167.

das zonas extramuros, articulados com as portas da muralha e os caminhos que a partir delas se desenvolvem.

A partir aproximadamente do século XVIII o sistema defensivo do Porto, à semelhança do que acontece noutras cidades, foi sendo assimilado pela construção, integrando atualmente o interior de quarteirões, mas também os edifícios que se construíram tendo como suporte a muralha. Refira-se, no entanto, que alguns tramos dos sistemas defensivos são ainda visíveis. Na realidade, a fossilização das suas muralhas no tecido urbano atual, permite ainda identificar as principais características morfológicas dos sistemas defensivos da cidade do Porto (Fig. 19).

5. AGLOMERADOS URBANOS PLANEADOS FORTIFICADOS (SÉCULOS XIII-XIV)

No âmbito dos núcleos urbanos medievais portugueses fortificados insere-se um conjunto de cidades cuja fundação esteve ligada aos processos de reconquista e de repovoamento do território tomado aos mouros. Trata-se de núcleos urbanos construídos que apresentam um plano de urbanização prévio localizados principalmente em zonas de fronteira, ou em áreas despovoadas, que necessitavam de ser consolidadas e colonizadas. Neste processo destacam-se os reis D. Afonso III e D. Dinis, que fundaram vários desses povoados, em alguns casos reordenando núcleos de povoamento já existentes. A título de exemplo podemos referir Viana do Castelo, Monção, Caminha, Miranda do Douro, no norte do Reino ou Redondo, Monsaraz, Vila Viçosa ou Nisa⁵¹, no Alentejo.

A localização destas cidades fazia-se, na generalidade, em função do seu papel defensivo, ocupando sítios elevados, portanto, mais facilmente defensáveis. No entanto, apesar da topografia acidentada do local, apresentavam uma malha urbana regular composta por um sistema viário hierárquico, composto por ruas principais e secundárias, que se cruzavam perpendicularmente, formando quarteirões regulares. Todavia, nestes casos, a muralha não possuía um traçado regular, mas antes um perímetro irregular, tirando vantagens das características topográficas do local, de acordo com as funções de defesa e do percurso mais fácil de construir⁵². De igual modo, tratavam-se, normalmente, de perímetros mais amplos que o próprio núcleo urbano, deixando terrenos vazios, por vezes, bastante extensos, entre o perímetro da muralha e os quarteirões, com o objectivo de prever uma futura expansão urbana. Constituem exemplos desta situação a cidade de Viana do Castelo (Fig. 20), com uma muralha oblonga, que envolvia um conjunto de quarteirões regulares.

⁵¹ Teixeira e Valla, 1999: 25-46.

⁵² Alves, 1996, 198-215.

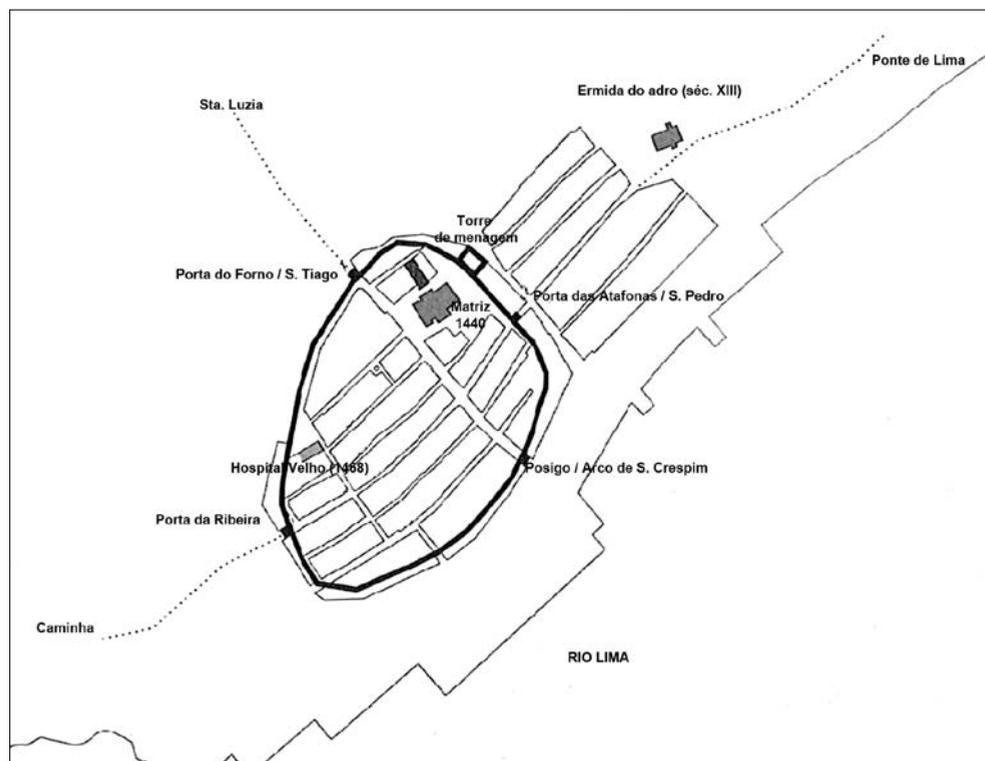


Figura 20. Viana do Castelo – Sistema defensivo medieval, século XV (adaptado de Teixeira e Valla 1999: 39)

O burgo inicial de Viana do Castelo terá sido rodeado por uma primeira cerca do século XIII, cujo perímetro se desconhece. A segunda muralha será completada no final do século XIV, no tempo de D. Fernando, vindo a envolver uma área mais alargada. Estas muralhas tinham uma forma oval, como era habitual em muitas cidades portuguesas, que envolviam nos finais do século XIV uma área não completamente urbanizada. Sobre estes terrenos irão ser construídos a partir do século XV alguns edifícios importantes da cidade, como a nova igreja matriz, a nascente, e o hospital, a poente⁵³.

Tal como na generalidade dos núcleos urbanos planeados e fortificados, a torre de menagem, que durante muitos anos serviu de casa do concelho, era o edifício dominante do espaço urbano vianense. Situava-se no ponto mais alto do aglomerado, ocupando o quadrante norte da cidade, adjacente à muralha. Das portas das muralhas saíam normalmente ruas que ligavam pontos importantes entre si, por vezes, em extremos opostos da cidade. Esta situação era comum nas cidades novas

⁵³ Moreira, 1992, 31-44; Teixeira e Valla, 1999: 34-37.

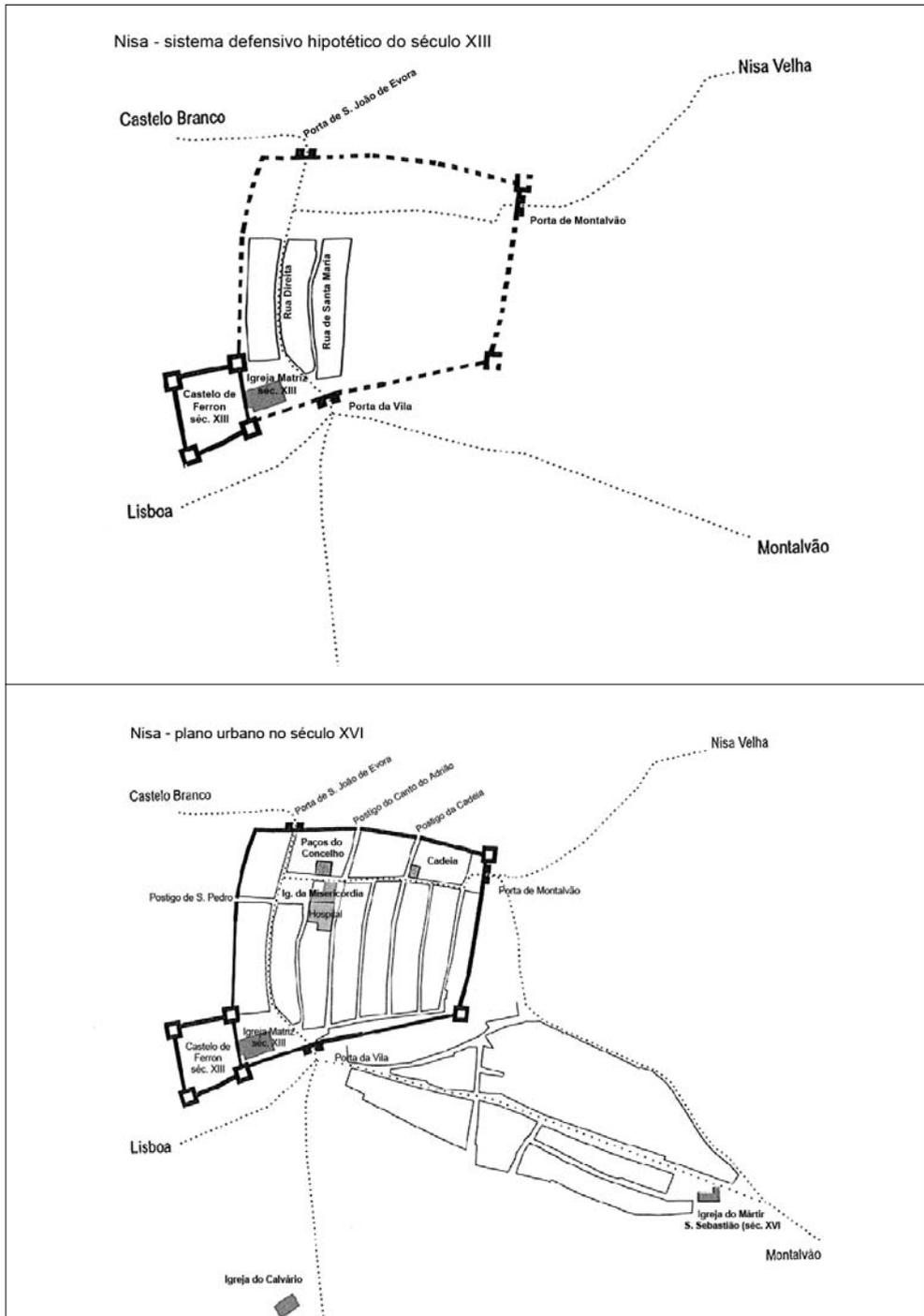


Figura 21. Nisa – Sistema defensivo medieval (adaptado de Teixeira e Valla 1999: 44-45)

de malha urbana de traçado regular, como era o caso do núcleo de Viana do Castelo, onde existiam quatro portas situadas no enfiamento dos dois eixos principais⁵⁴.

Paulatinamente a construção de novas edificações particulares intramuros vai ocupar os espaços livres, desenvolvendo-se quarteirões com uma geometria e loteamento distintos dos iniciais. A morfologia destes novos quarteirões foi determinada pela área dos terrenos e pelo perímetro não ortogonal das muralhas⁵⁵.

Um outro exemplo de cidade planeada fundada no século XIII é o de Nisa. No entanto, neste caso, estamos perante um núcleo construído numa planície e que apresenta, por isso, uma muralha de perímetro quadrangular, mas bastante ampla, deixando igualmente terrenos para se construir no seu interior⁵⁶.

A cidade de Nisa foi fundada por D. Dinis, junto ao Castelo de Ferron da Ordem dos Templários, tendo as suas muralhas sido construídas em 1290-1296. O núcleo inicial terá sido edificado ainda na década de 1280. A muralha, articulada com o castelo, delimitava um perímetro quadrangular, dentro do qual se implantou um conjunto de quarteirões regulares, ainda hoje bem marcados na paisagem urbana. A notória regularidade do plano urbano de Nisa, bem como do seu sistema defensivo, poderão estar relacionados com o facto de ter sido promovida pelos Templários, à semelhança do que ocorreu na cidade de Tomar⁵⁷.

O núcleo medieval de Nisa corresponde a várias fases de desenvolvimento. O inicial, formado na década de 1280, terá sido constituído apenas por 3 quarteirões. Duas ruas principais convergiam na porta de vila: a Rua Direita, a mais importante, e a Rua de Santa Maria⁵⁸. (Fig. 21)

Na última década do século XIII foram construídos quatro novos quarteirões a leste, que apresentam uma forma retangular mais regular, estruturados por quatro novas ruas, assim como três novos postigos na muralha, que permitiam o acesso a essas artérias. Numa fase de desenvolvimento posterior são ocupados grande parte dos terrenos que existiam livres intramuros, situação que se encontra documentada nos inícios do século XVI, época em que se verifica, igualmente, um crescimento extramuros⁵⁹.

⁵⁴ Teixeira e Valla, 1999: 31-34.

⁵⁵ Teixeira e Valla, 1999: 31-34.

⁵⁶ Teixeira e Valla, 1999: 34-37.

⁵⁷ Sílvio, 1988.

⁵⁸ Teixeira e Valla, 1999: 34-37.

⁵⁹ Teixeira e Valla, 1999: 34-37.

6. OS SISTEMAS DE FORTIFICAÇÃO URBANA NOS AGLOMERADOS DE FRONTEIRA DO SÉCULO XVII

Após o período da Restauração da independência portuguesa (1640), assisteu-se à necessidade de construir novas obras de fortificação, de modo a revigorar o sistema de defesa do país, nomeadamente em algumas cidades de fronteira, litoral e terrestre. Estes novos sistemas defensivos encontram-se associados ao desenvolvimento da arquitetura militar abaluartada, denominada de *Fortificação Moderna*. Estas intervenções, regulamentadas pelo poder real através da nomeação de técnicos especializados em arquitetura militar, terão várias e diferenciadas implicações na malha urbana⁶⁰.

Na realidade, as muralhas seiscentistas irão introduzir novos limites físicos à área urbana, podendo determinar o desaparecimento dos antigos arrabaldes, bem como alterando a relação do núcleo urbano com os espaços periféricos, estruturando outros locais de passagem e de ligação com o espaço rural.

O sistema de defesa do país baseou-se, então, não na fortificação das principais cidades, mas na reformulação das muralhas dos centros urbanos que se localizavam na região fronteiriça com o país vizinho e, em geral, na região do Alentejo, que conhecem novas cinturas de muralhas, as quais levaram décadas a serem concluídas⁶¹. Paralelamente foi implementado um sistema de fortes e fortalezas ao longo da costa marítima. A generalidade das fortalezas *modernas* edificadas em Portugal, a partir do século XVII, foram construídas sob influência do conceito de Praça-Forte, como aconteceu, por exemplo, em Valença (Figura 22)⁶².

Todavia, as intervenções realizadas nas cidades portuguesas ao nível do sistema defensivo foram variadas, podendo ser categorizadas em três grandes tipos⁶⁴.

O primeiro corresponde à reutilização das muralhas medievais, que conhecem uma reformulação de acordo com os princípios da arquitetura militar deste período. Incluem-se neste tipo as cidades de Miranda do Douro, Monsaraz e Melgaço, entre outras. Nestes casos, a cintura medieval mantém-se, registando-se pequenos acrescentos defensivos, nomeadamente a construção de pequenos baluartes. Este tipo de intervenção permitiu o reforço da importância estratégica destas cidades no sistema defensivo do reino, confinando, no entanto, a área urbana aos limites medievais existentes. Esta circunstância acabou por limitar

⁶⁰ Valla, 2007.

⁶¹ Valla, 2007.

⁶² Teixeira e Valla, 1999: 149-214.

⁶³ Teixeira e Valla, 1999: 205.

⁶⁴ Teixeira e Valla, 1999: 150.

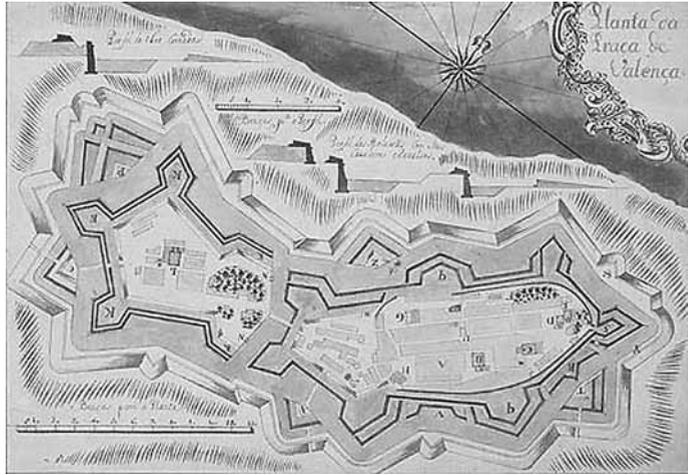


Figura 22.
Planta da Praça de Valença
(século XVIII)⁵⁹

o seu desenvolvimento urbano, acabando por reduzir os núcleos unicamente à função de defesa⁶⁵ (Fig. 23).

O segundo tipo de intervenção caracteriza-se pela construção duma nova cintura de muralha que alarga o perímetro urbano, passando a incluir arrabaldes e zonas rurais, como ocorreu em Monção, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Castelo de Vide, Chaves, Estremoz, entre outros. Neste caso, a intervenção setecentista, para além de reforçar o papel defensivo do aglomerado, potenciou o seu desenvolvimento urbano com a criação de novas infraestruturas⁶⁶ (Fig. 24).

O terceiro tipo de ação corresponde à construção de novas muralhas que passam a incluir as áreas urbanas que se tinham desenvolvido fora da cerca medieval, durante os séculos XVI e XVII. Incluem-se neste tipo cidades como Vila Viçosa, Moura, Campo Maior e Olivença, entre outras. Nalguns casos estas novas cinturas de muralhas acabaram mesmo por travar o crescimento urbano posterior dos aglomerados, como ocorreu em Campo Maior. De modo geral, este tipo de intervenção permitiu consolidar o tecido urbano existente, originando a sua reordenação, em função da definição de hierarquias e reforçando a funcionalidade dos espaços públicos⁶⁷ (Fig. 25).

Todavia, na generalidade das cidades portuguesas que conhecem fortificação no século XVII, o seu crescimento realizou-se sobretudo dentro do novo perímetro defensivo, até ao século XX. Atualmente, uma parte significativa dessas fortificações subsiste ainda na paisagem urbana.

⁶⁵ Teixeira e Valla, 1999: 150-151.

⁶⁶ Teixeira e Valla, 1999: 150-151.

⁶⁷ Teixeira e Valla, 1999: 150-151.

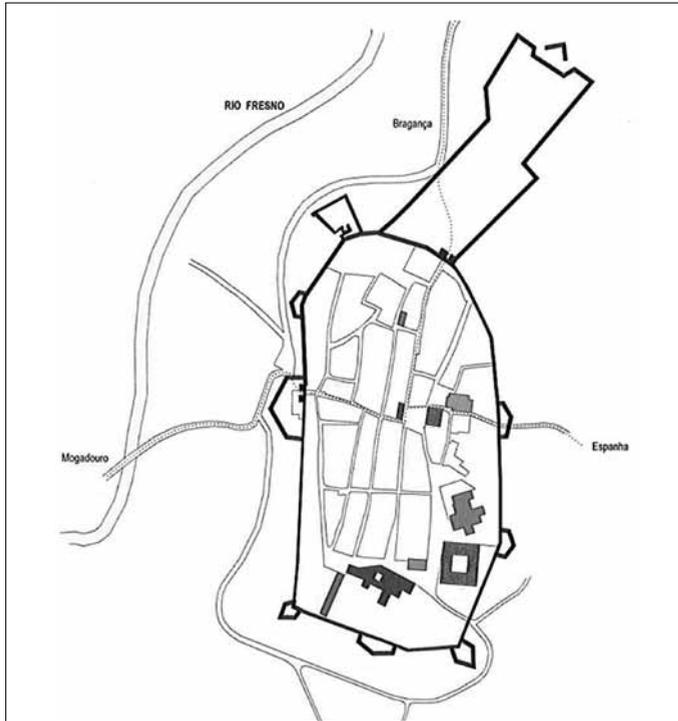


Figura 23.
Sistema defensivo de
Miranda do Douro nos finais
do século XVII (adaptado
Teixeira e Valla 1999: 182)

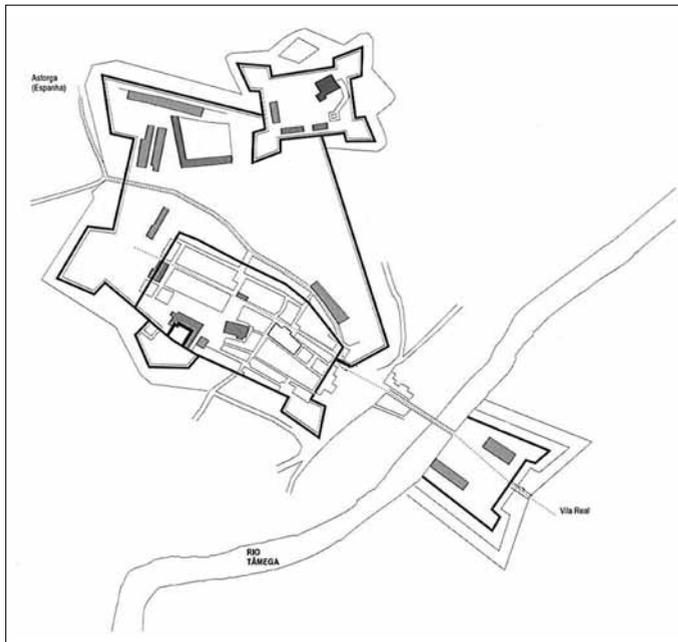


Figura 24.
Sistema defensivo de Chaves
nos finais do século XVII
(adaptado de Teixeira e Valla
1999: 165)

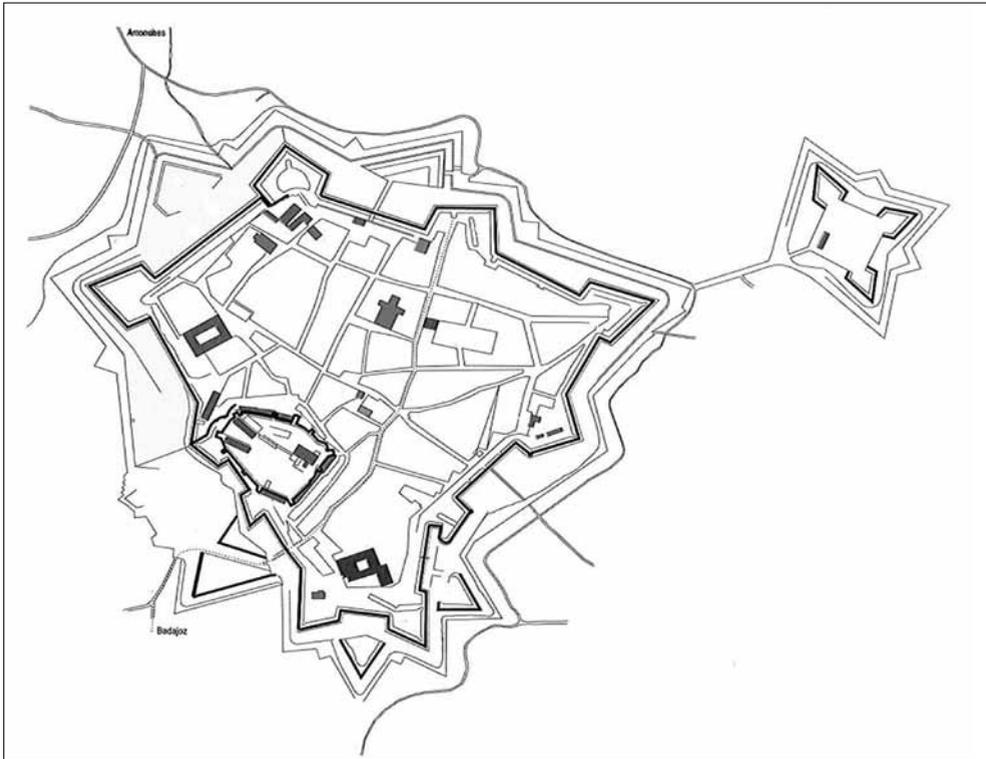


Figura 25. Plano urbano de Campo Maior nos finais do século XVIII (adaptado de Teixeira e Valla 1999: 210)

7. TENDÊNCIAS EVOLUTIVAS DOS SISTEMAS DEFENSIVOS E DO SEU IMPACTO NA FORMAÇÃO DOS TECIDOS URBANOS

Através da análise efetuada podemos concluir que a definição espacial da muralha, ou dos diferentes recintos amuralhados, constituiu um elemento de singular importância no estudo da morfologia urbana devendo a sua análise recair, necessariamente, na sua génese e evolução. Neste processo, torna-se fundamental avaliar determinados aspetos que se prendem com a constituição do sistema defensivo, entre os quais se destacam várias situações. A primeira, consiste em avaliar se os aglomerados medievais reaproveitam os sistemas defensivos anteriores, nomeadamente romanos, de forma parcial, como aconteceu em Braga, ou na sua totalidade, como foi o caso de Chaves, Porto, Lisboa e Évora, ainda que nestes dois últimos casos a muralha tenha sido sucessivamente romana e islâmica, antes de ser reutilizada na cidade cristã. De igual modo, as estruturas defensivas de génese islâmica, como Silves, podem ter sido reaproveitadas durante o período cristão. As diferentes conceções de sistema defensivo inicial, romanas ou islâmicas, tiveram

impactos diferenciados na morfologia cristã do espaço urbano, que necessariamente se adaptou às diferentes configurações que herdou.

A segunda, relaciona-se com o estudo dos aglomerados de génese medieval que conheceram estruturas defensivas construídas nos séculos XII-XIII, associadas a um castelo. Dentro deste tipo, identificam-se duas situações distintas. Uma corresponde aos casos em que a partir dum núcleo acastelado inicial, se constrói posteriormente uma cerca defensiva que engloba a área urbana desenvolvida numa zona baixa do aglomerado, como é o caso de Guimarães e de Torres Vedras. A outra, em que o castelo e a muralha urbana são construídos em simultâneo, como aconteceu na Guarda e em Bragança.

Dentro dos núcleos de génese medieval encontramos ainda outra situação distinta. Referimo-nos às cidades planeadas fortificadas do século XIII-XIV, que apresentam uma morfologia regular, implantadas preferencialmente na linha litoral e no Alentejo, em particular próximo da fronteira terrestre. Neste caso, o sistema defensivo apresenta características distintas, nomeadamente, forma oblonga, quando se adapta às curvas de nível, como é o caso de Viana do Castelo, ou traçado geométrico em articulação com os quarteirões regulares que se definem no seu interior, como em Nisa.

A terceira situação consiste em analisar as ampliações urbanas resultantes da construção de novas cercas, situação que ocorre em particular nos séculos XIV e XV, com o objetivo de incluir no espaço fortificado os arrabaldes que se haviam desenvolvido. Também nestes casos importa distinguir os sistemas defensivos que reaproveitam uma parte dos anteriores, como foi o caso de Braga, Évora e Lisboa, daqueles em que a muralha é totalmente nova, incluindo no seu interior a totalidade da antiga cerca, como aconteceu no Porto.

Dentro das cidades que conhecem ampliações do sistema defensivo, podemos ainda referir, muito embora num contexto cronológico e militar completamente distinto, as cidades que conhecem uma ampliação do sistema defensivo no século XVII. Referimo-nos às cidades da fronteira terrestre e do Alentejo em geral, cuja génese do sistema defensivo é bastante heterogénea, como por exemplo em Chaves, Monção e Campo Maior.

Indiscutivelmente, que as características morfológicas e construtivas dos sistemas defensivos, bem como a sua função militar, tiveram um papel relevante na organização e no crescimento das cidades, circunscrevendo áreas urbanizadas, e permitindo demarcar o centro urbano da periferia. De igual modo, também os arrabaldes podem ser condicionados pela relação que se estabelece entre as portas e os caminhos extramuros que condicionam o crescimento periférico.

Paralelamente à génese e evolução dos sistemas defensivos, também a perda da função militar das muralhas, em diferentes épocas, teve consequências profundas ao

nível da morfologia das cidades, seja através da sua destruição, seja através da sua reutilização, designadamente como suporte para a construção de outros edifícios, ou como matéria-prima para outras obras.

De facto, o desenvolvimento das técnicas de guerra, sobretudo a partir do século XVI, particularmente o uso da artilharia, permitiu a construção de casas adossadas à muralha, que vieram ocupar parte do caminho de ronda que existia ao longo do perímetro interior e exterior dos muros da cidade, dando origem às fachadas de ruas que vão ganhando forma ao longo da Idade Moderna, como aconteceu nomeadamente em Lisboa, Braga e Porto. Em alguns casos, como nestas cidades, vamos assistir ao aparecimento de *Portas Novas*, para desafogar os centros amuralhados, adquirindo por vezes o estatuto de entradas nobres, ou de prestígio.

As muralhas constituem, assim, um elemento fundamental para o estudo e compreensão da morfologia das cidades históricas. A partir de alguns exemplos pudemos identificar diferentes contextos de impacto dos sistemas defensivos nos núcleos urbanos, tendo em conta a conjuntura histórica em que surgem, bem como a génese e a evolução do aglomerado, nomeadamente:

1. Aglomerados alto medievais que reaproveitam as muralhas romanas/islâmicas;
2. Núcleos de fundação islâmica;
3. Aglomerados de génese medieval que conhecem cercas defensivas nos séculos XII-XIII;
4. Núcleos ampliados através de novas cercas dos séculos XIV e XV;
5. Aglomerados planeados fortificados dos séculos XIII-XIV;
6. Sistemas de fortificação urbana nos aglomerados de fronteira do século XVII.

BIBLIOGRAFIA

- Barroca, Mário, “O castelo de Guimarães”, *Patrimónia*, nº 1, Cascais, 1996, p. 17-28.
- Barroca, Mário e Lourenço, Paulo B., *O Castelo de Guimarães*, Braga, Universidade do Minho, 2013.
- Basto, Artur de Magalhães “Desenvolvimento topográfico da cidade – séculos XII a XV –”, in *História da Cidade Porto*, vol. I, Porto e Barcelos, 1962, p. 116-158.
- Beirante, M. Ângela, *Évora na Idade Média*, Lisboa, 1995.
- Benito Martín, F. *La formación de la ciudad medieval*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2000.
- Botão, M. Fátima, *Silves. A capital de um reino medieval*, Silves, Câmara Municipal, 1992.
- Carita, Helder, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- De Seta, Cesare e Le Goff, Jacques (eds.), *La ciudad y las murallas*. Madrid: Catedra, 1991.
- Ferreira, M. Conceição Falcão, *Duas Vilas um só povo: estudo de história urbana (1258-1390)*, CITCEM/ICS – Universidade do Minho, Braga, 2010.

- Fontes, Luís. F. ; Lemos, Francisco S. ; Cruz, Mário, "Mais Velho" que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar", *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, série II, Braga, 1997-98: 137-164: <http://hdl.handle.net/1822/10299>.
- Fontes, Luís; Martins, Manuela; Ribeiro, Maria do Carmo e Carvalho, Helena "A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII". *Espacios urbanos en el occidente mediterráneo, entre los siglos VI-VIII*, Toletvm Visigodo, 2010: 255-262 <http://hdl.handle.net/1822/13377>.
- França, José-Augusto, *Lisboa – História Física e Moral*, 2ª edição revista, Lisboa, Livros Horizonte, 2009.
- Gaspar, Jorge, "A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média", *Finisterra*, Vol. IV, nº. 8, Lisboa: 1996, 198-215.
- Gomes, Rita Costa, *A Guarda Medieval. Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1987.
- Marques, A. H. de Oliveira et all, *Atlas de cidades medievais portuguesas*, Lisboa, 1990.
- Marques, José, *Braga medieval*, Braga, 1983.
- Marques, José, "O Castelo de Braga (1350-1450)", *Minia*, Série II, 8, ASPA, Braga, 1986: 5-34.
- Martins, M.; Ribeiro, J.; Magalhães, F. e Braga, C. "Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer", in Ribeiro, M.C. e Melo, A. (coord.), *Evolução da Paisagem Urbana. Sociedade e Economia*, CITCEM, Braga, 2012: 29 -68: <http://hdl.handle.net/1822/19522>.
- Melo, Arnaldo Sousa, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415 / Travail et Production au Portugal au Moyen Âge: Porto, c. 1320 – c. 1415*, 2 volumes, Braga e Paris, 2009 (tese de doutoramento): <http://hdl.handle.net/1822/9896>.
- Moreira, Manuel A. F., "Viana nas suas origens: de póvoa marítima a vila e sede de concelho", *Estudos Regionais*, Boletim Cultural, nº 12, 1992, 7-58.
- Oliveira, J. M. Pereira de, *O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e Desenvolvimento*, 2 vols., Coimbra, 1973 [fac-simile, Porto, 2007].
- Pereira, António M. P. de Sá, *Análise diacrónica do tecido histórico de Barcelos: O sistema defensivo medieval*. Tese de Mestrado em Arqueologia, Universidade do Minho, 2012: <http://hdl.handle.net/1822/23248>.
- Real, Manuel L., "Inéditos de Arqueologia medieval portuense", *Arqueologia*, (GEAP) 10 (1984), p. 30-43.
- Real, Manuel L. e Tavares, Rui, *Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto*, Lisboa, 1987.
- Real, Manuel L., "A Construção medieval no sítio da Sé", *Monumentos*, 14 (Março 2001), p. 8-19.
- Rebelo, Daniela de A., *Bragança. Transformações Urbanas de uma Cidade*, Coimbra, Universidade, Tese de licenciatura em Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008.
- Ribeiro, Maria do Carmo, *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Tese de Doutoramento em Arqueologia, Área do conhecimento em Arqueologia da Paisagem e do Povoamento. Universidade do Minho, 2008: <http://hdl.handle.net/1822/8113>.
- Ribeiro, Maria do Carmo, "A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna. Síntese de resultados", *Forum*, 44-45, 2009/2010, p. 179-201, URL: <http://hdl.handle.net/1822/13437>.
- Ribeiro, Maria do Carmo e Melo, Arnaldo Sousa, "A influência das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa" in Ribeiro, Maria do Carmo e Melo, Arnaldo Sousa (Coord.) *Evolução da paisagem urbana: economia e sociedade*, CITCEM, Braga, 2012, p. 145-171: <http://hdl.handle.net/1822/19500>.

O PAPEL DOS SISTEMAS DEFENSIVOS NA FORMAÇÃO DOS TECIDOS URBANOS
(SÉCULOS XIII- XVIII)

- Rodrigues, Ana Maria S. A., *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.
- Rodrigues, Ana Maria S. A., *Torres Vedras – A Vila e o seu termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, JNICT, 1995.
- Silva, Carlos G., *Lisboa Medieval. A organização e a estruturação do espaço urbano*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Colibri, 2010.
- Sousa, Armindo de, “1325-1480”, in J. Mattoso (coord.) *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, 1993, p. 310-556 (J. Mattoso (dir.) *História de Portugal*, 2).
- Sousa, Armindo de, “Tempos Medievais” in *História do Porto*, dir. de Luís A. de Oliveira Ramos, Porto, 1994, p. 119-253.
- Teixeira, Helena, *Porto, 1114-1518, A construção da cidade medieval*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.
- Teixeira, Helena, “Entre os ideais e a realidade. A urbanização do Porto na Baixa Idade Média”, in Ribeiro, Maria do Carmo e Melo, Arnaldo Sousa (Coord.) *Evolução da paisagem urbana: economia e sociedade*, CITCEM, Braga, 2012, p. 185-207.
- Teixeira, Manuel C. e Valla, Margarida, *O Urbanismo Português séculos XII-XVIII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- Valla, Margarida, *Os engenheiros militares no planeamento das cidades: entre a restauração e D. João V, 1640-1750*, Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa, 2007: <http://hdl.handle.net/10451/578>.
- VVAA, *Guimarães do Passado e do Presente*, 2ª edição, Guimarães, Câmara Municipal, 2009.

RESUMO: As muralhas tiveram um papel determinante na formação e desenvolvimento dos aglomerados urbanos. Todavia, a sua influência teve consequências diferenciadas consoante o período histórico em que foram construídas, o local geográfico, as circunstâncias político-militares ou o momento da história urbana do aglomerado em que foram edificadas. Pretende-se, neste trabalho, analisar o papel dos sistemas defensivos na formação dos tecidos urbanos portugueses, num período compreendido entre os séculos XIII e XVIII. Para tal, iremos avaliar o impacto da construção dos sistemas defensivos na evolução e transformação dos tecidos urbanos de alguns aglomerados nacionais, tendo em conta alguns aspetos, designadamente o contexto histórico; o local ocupado pelo centro urbano e a morfologia das muralhas; bem como o papel das portas dos sistemas defensivos na formação da rede viária intramuros, mas também na constituição de largos e praças e na definição do conjunto de caminhos que ligam a cidade ao exterior. Por fim, abordaremos ainda o crescimento dos núcleos urbanos e o alargamento e construção de novas cercas que englobam e acompanham esse desenvolvimento. Para a concretização dos nossos objetivos baseamo-nos num conjunto variado de informação, nomeadamente os dados publicados resultantes de trabalhos de investigação realizados com base nas fontes históricas e arqueológicas mas, também, em diferentes produções cartográficas urbanas, surgidas, de modo geral, a partir do século XVI. Foram igualmente valorizados os vestígios conservados e as marcas fossilizadas dos sistemas defensivos, que atualmente ainda são perceptíveis no plano das cidades atuais.

Palavras-Chave: muralhas urbanas; cidades portuguesas; séculos XIII- XVIII; tecido urbano; fortificações modernas; sistemas defensivos romanos, islâmicos e medievais

RÉSUMÉ: Les murs ont joué un rôle très important dans la formation et développement des centres urbains. Cependant, leur influence a eu des conséquences variées, en fonction de la période historique dans laquelle ils ont été construits, les conditions géographiques, les circonstances politiques et militaires ou le moment de l'histoire urbaine dans lequel ils ont été construits.

Le but de ce travail est d'analyser le rôle des systèmes défensifs dans la formation des tissus urbains des villes portugaises, dans la période comprise entre le XIIIe siècle et XVIIIe siècles. Ainsi, on va évaluer l'impact de la construction des systèmes défensifs dans l'évolution et la transformation des tissus urbains de certains noyaux urbains portugais, en tenant compte de certains aspects, notamment le contexte historique; le lieu occupé par le centre-ville et la morphologie des murs ; mais aussi le rôle des portes des systèmes défensifs dans la formation du réseau routier intra-muros, mais aussi dans la constitution de places et dans la définition de l'ensemble des chemins qui relie la ville à l'extérieur. Finalement, on analyse les phénomènes de croissance des villes et l'élargissement et construction des nouveaux enceintes urbains, qui entourent et accompagnent cette évolution. On a développé notre analyse à partir de l'étude d'un ensemble diversifié d'information, notamment les données publiées issues des sources archéologiques et historiques, mais aussi la diverse cartographie urbaine produit, en générale, à partir du XVIe siècle. Les vestiges préservés, bien comme les empreintes fossilisés des systèmes défensifs, qui sont aujourd'hui encore perceptibles dans le plan urbain des villes actuelles.

Mots-clés: murs des villes; villes portugaises; XIIIe-XVIIIe siècles; tissu urbain; fortifications modernes; systèmes défensifs romains, islamiques et médiévaux